



RADIS

Nº 194 . NOV 2018



DIREITOS PARA TODOS OS HUMANOS

SENDO CONTRA OU A FAVOR, ELES
GARANTEM O RESPEITO À SUA VIDA

Os painéis Guerra e Paz, que ilustram as capas e a matéria principal desta edição, foram produzidos por Cândido Portinari como um presente do governo brasileiro à recém-inaugurada sede da ONU, em Nova Iorque. Depois de quatro anos de trabalho, os painéis que medem 14 metros de altura por 10 metros de largura foram instalados no salão de acesso à Assembleia Geral, em 1957, e segundo o filho do pintor, João Cândido, representam a essência do trabalho das Nações Unidas e a inspiração de toda a obra do pai: transformar aflições em esperança, e a guerra em paz.

RADIS

edição 194 ■ novembro 2018

capa e contracapa **Guerra e Paz**, de Cândido Portinari

- | | | | |
|----|---|----|--|
| 3 | EDITORIAL
Escutar, acolher e agir | 22 | A Estudante que se sentia um peixe fora d'água |
| 4 | VOZ DO LEITOR | 24 | O Menino que precisa de leite |
| 5 | SÚMULA | 26 | SAÚDE DO TRABALHADOR
Na rota do tabaco |
| 10 | MEMÓRIA
Arqueólogo das doenças | 30 | ENTREVISTA
Valdiléa Veloso PrEP: "Falta espaço para a prevenção" |
| 11 | CONSTITUIÇÃO
Base da democracia | 32 | COMUNICAÇÃO E SAÚDE
Outra Saúde |
| 14 | CAPA DIREITOS HUMANOS
O direito de ter direitos | 34 | SERVIÇO |
| 17 | A Mulçumana interdita | 35 | PÓS-TUDO
Alimentação: Nossas ações são o nosso futuro |
| 18 | A Mãe do filho negro | | |
| 21 | O Torcedor do outro time | | |

RÉQUIEM

Há valores que são mais desejados quando não estão presentes. Em dezembro de 1948, representantes de 48 países reunidos na Assembleia Geral das Nações Unidas, entre eles o Brasil, diante da barbárie de proporções inéditas da Segunda Guerra Mundial, iniciada pela ascensão do nazi-fascismo e que dizimou populações inteiras e deixou inúmeros países em ruínas, decidiram por unanimidade que a dignidade, a liberdade e a igualdade seriam os valores primordiais da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Inspirados nesses valores e para promovê-los, 30 artigos compõem de forma indivisível – um não pode existir sem que haja o outro – a Declaração que tornou-se marco e referência para assegurar a dignidade de cada ser humano, independente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou outra qualquer condição. Ninguém deixa de ter direito aos direitos humanos. O direito à vida, à alimentação, à educação, à saúde, à segurança, à moradia, ao trabalho, à livre expressão de opiniões. São princípios que deveriam nortear a convivência e uma cultura de paz, com equidade e justiça social no cotidiano das pessoas e entre os povos, que estão presentes em textos constitucionais e tratados internacionais nos diversos continentes.

No entanto, este histórico consenso vem sendo desrespeitado e ferozmente atacado em todo o mundo por políticas econômicas neoliberais e de austeridade, que tentam naturalizar a diferença entre quem pode ou não “adquirir” seus direitos; por classes sociais, etnias ou nações que tentam impedir o exercício dos direitos alheios, num projeto contrário à solidariedade, de desumanização do outro, de negação de sua existência. Uma sistemática desconstrução desses direitos vem ocorrendo em vários países, levada a cabo ora pela visão de governos autoritários, conservadores ou xenófobos, ora por ações que envolvem corporações empresariais, jurídicas, militares, policiais ou educacionais, ora por estratégias discursivas de instituições religiosas ou midiáticas. Hoje, apenas 63% dos brasileiros se dizem favoráveis aos direitos humanos, que são justamente a garantia de respeito à vida de todos.


Em nossa matéria de capa, a repórter Ana Claudia Peres ouve sobre este fenômeno alguns estudiosos e integrantes de organizações que se dedicam à defesa e à promoção desses direitos. E entrevista pessoas comuns que relatam como sentem a sua dignidade ferida pela negação dos direitos fundamentais em razão de sua cor, crença, classe social, gênero, condição

física ou de saúde em espaços cotidianos como escola, trabalho, transporte, loja, banco, aeroporto, estádio de futebol, sistema de saúde e até dentro da própria família.

Direitos humanos são princípios fundadores e orientadores da linha editorial do Programa Radis de Comunicação e Saúde, em seu trabalho de divulgação científica e jornalismo desde 1982, porque não existe saúde sem esses direitos e porque são o fundamento que esteia os códigos de ética de todas as profissões da saúde e do jornalismo. Não se trata de uma escolha, mas um imperativo. Quando não em defesa dos direitos humanos, essas profissões simplesmente não estarão sendo exercidas.

Não existe saúde sem Direitos Humanos, eles são o fundamento que esteia os códigos de ética de todas as profissões da saúde e do jornalismo

Há pessoas a quem se dá mais valor quando se vão. Não foi o caso do pesquisador emérito e ex-diretor da ENSP, ex-presidente da Fiocruz e fundador do campo da paleoparasitologia Luiz Fernando Ferreira, que nos deixou em outubro. Os que o acompanharam como alunos, colegas ou admiradores puderam expressar esse reconhecimento a cada ensinamento dado por ele com singular elegância, a cada ‘causo’ bem-humorado com que resgatava a memória da instituição de Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Sergio Arouca e tantos nobres cientistas, inclusive os que foram cassados pela ditadura militar no histórico Massacre de Manguinhos.

A coincidência de sua morte num momento de tantas ameaças à ciência, à história, à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico nacional, ao Sistema Único de Saúde e à autonomia universitária e acadêmica, conquistas civilizatórias a que ele dedicou a sua vida, poderia inspirar um simbólico réquiem para os valores humanos e republicanos de liberdade, igualdade e fraternidade da sonhada República. Mas Luiz Fernando, talvez por ser o poeta de pseudônimo Ludovicus Tertius Guanabarinus, acreditava em fantasmas. Fantasmas libertários e utópicos cavalcando nas noites de Manguinhos. 

■ **ROGÉRIO LANNES ROCHA** COORDENADOR E EDITOR-CHEFE DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo.

Tel. (21) 3882-9118 E-mail radis@ensp.fiocruz.br End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361



www.ensp.fiocruz.br/radis



[/RadisComunicacaoeSaude](https://www.facebook.com/RadisComunicacaoeSaude)



[flickr.com/photos/radiscomunicacaoesaude](https://www.flickr.com/photos/radiscomunicacaoesaude)



SUICÍDIO

Parabéns pela reportagem da edição 193 “Precisamos falar sobre suicídio”, por dar visibilidade ao assunto. Agradeço ao jornalista Luiz Felipe Stevanim pela forma ética, sensível e competente com que me ouviu para a matéria. Jornalistas e pessoas assim são imprescindíveis! Parabéns e abraços para toda a fantástica equipe.

Alessandra Xavier, Fortaleza, CE

Alessandra, a Radis agradece sua valiosa contribuição, relacionando a questão com os cuidados possíveis no SUS e os desafios contemporâneos.

ENVELHECIMENTO

Caros amigos da *Radis*, excelente entrevista do Dr. Alexandre Kalache na edição 190, acerca do Brasil que envelhece sem preparo. Interessei-me pela temática relevante e atual, até porque também estou à porta dos 50 anos e pretendo obter mais bibliografia para compor meu trabalho de conclusão da pós-graduação em Gestão Pública. Tenho tido nas edições mensais um aparato de informações que me são de vital importância na formação acadêmica. Minha filha é assinante e mensalmente fico admirado com o teor das matérias publicadas na revista. Meus sinceros parabéns!

Gilberto Rodrigues, Formosa, GO

Gilberto, o envelhecimento é tema recorrente na Radis. Sugerimos a leitura das edições 173 e 174. Um abraço!

ALIMENTAÇÃO

A *Radis* 186 está excelente. Muito boa os textos sobre alimentação, um sobre os cortes nas políticas sociais que podem levar o Brasil de volta ao Mapa da Fome e outro sobre a regulação de alimentos não saudáveis no Chile. Técnicos de nutrição e nutricionistas precisamos ficar atentos à boa alimentação.

Letícia Maria Nunes de Araújo, Juiz de Fora, MG

DOAÇÃO DE SANGUE

A atividade discriminatória que os gestores do Sistema Único de Saúde estão tendo para com os homossexuais no momento da doação de sangue (*Radis* 189) é uma atitude retrógrada, que só vem acrescentar sentimentos de repúdio. Acredito que orientação sexual não deve ser critério para doação. Parabéns à *Radis* pela publicação. #igualdadenaveia

Pollyane de Paula, Imperatriz, MA

Pollyane, a Radis também se opõe a qualquer tipo de discriminação!

TERAPIA OCUPACIONAL

Feliz e agradecida pela matéria “Autonomia para a vida” (*Radis* 186). Em tempos de luta

por manutenção de direitos é muito importante mostrar o trabalho que faz a terapia ocupacional. Parabéns!

Maria Pinheiro, São Carlos, SP

RADIS AGRADECE

Gostaria de parabenizar e agradecer imensamente toda equipe da *Radis* pelo privilégio de poder ter em mãos um material tão rico de informações claras e diretas, sem nenhuma enrolação. Acredito que todos os vestibulandos, assim como eu, e profissionais de muitas áreas são gratos por uma revista tão perfeita. Desde já agradeço toda a dedicação e compromisso, tanto para com a verdade dos fatos e coragem inseridos na mesma, como para com todos os leitores fiéis, abraços Família *Radis*!

Priscila Silva C.

Sou acadêmica de Psicologia e utilizo as matérias de vocês como forma de aprofundamento de muitos temas que estudamos durante a graduação. Parabéns pelo conteúdo e pela linguagem tão acessível e esclarecedora.

Mikeller Freire de Lima, Jaraguá do Sul, SC

Sou estudante de Psicologia e mensalmente recebo esse importante caderno informativo. A cada mês me surpreendo com a qualidade das reportagens e das entrevistas. Obrigado por me enviarem conhecimento, que tanto me ajuda em minha graduação. Parabéns e continuem esse belo trabalho.

Marcos Rubbo, União da Vitória, PR

Tomei conhecimento desta revista na biblioteca da faculdade onde estou terminando o curso de Turismo, e gostei muito do conteúdo com informações relevantes sobre saúde envolvendo também assuntos diversos, de muita importância. Parabéns pela publicação que recomendo a todos. Abraços.

Cesar Alves, Ibitinga, SP

Priscila, Mikeller, Marcos e Cesar, a equipe agradece seus comentários. Abraços!

EXPEDIENTE

RADIS é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Nísia Trindade
Presidente

ENSP

Hermano Castro
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe
Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Adriano De Lavor Editor
Bruno Dominguez Subeditor

Reportagem

Ana Cláudia Peres, Elisa Batalha, Liseane Morosini, Luiz Felipe Stevanim, Tassiana Chagas (estágio supervisionado)

Arte

Carolina Niemeyer,
Felipe Plauska

DOCUMENTAÇÃO

Jorge Ricardo Pereira
Eduardo de Oliveira (fotografia)

ADMINISTRAÇÃO

Fábio Lucas, Natalia Calzavara, Ana Luiza Santos da Silva (estágio supervisionado)

ASSINATURAS

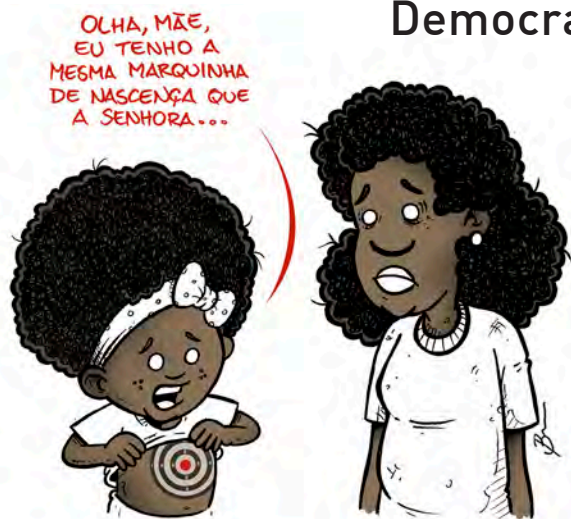
Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão Rotaplan Tiragem 116.100 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Todos os textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



Democracia premiada



Em sessão pública realizada na Câmara Municipal dos Vereadores de São Paulo (11/10), a comissão organizadora do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos divulgou os vencedores e as menções honrosas de sua 40ª edição. Entre os trabalhos premiados estão a charge “Marquinha”, de Brum, publicada no jornal Tribuna do Norte, em Natal (RN); a série de reportagens “Trans: o difícil caminho para a educação”, assinada por Marcelo Henrique Andrade para a Rádio CBN, em João Pessoa (PB); o hotsite #UmaPorUma, de Ciara Carvalho, no Recife; a reportagem “A Síndrome do Preconceito”, de Nathan Fernandes publicada na revista Galileu, em São Paulo; e “Defensores sob ameaça”, matéria de Mariana Fabre exibida na TV Brasil em Guará (DF). A lista com todos os vencedores está disponível no site do Instituto: <https://goo.gl/VrT9JP>.

Democracia ameaçada

Dia 25 de outubro é considerado o Dia da Democracia no Brasil, numa referência à data de assassinato do jornalista Vladimir Herzog, há 43 anos, em um dos episódios mais emblemáticos do período da ditadura militar brasileira. Uma semana antes, no entanto, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) extinguiu o processo que condenou o coronel do Exército Carlos Alberto Brillhante Ustra a pagar indenização de R\$ 100 mil à família de outro jornalista, Luiz Eduardo Merlino, morto e torturado nos porões do DOI-CODI em 1971. Ustra era o chefe do órgão de repressão política neste período, quando foram registradas ao menos 45 mortes e desaparecimentos forçados, segundo a Comissão Nacional da Verdade.

Democracia desejada

Sessenta e nove por cento dos brasileiros aprovam a Democracia no país, revelou pesquisa feita pelo Instituto Datafolha durante pesquisa eleitoral (5/10). Segundo o instituto, o índice é o mais alto desde 1989, primeira aferição da série histórica, na primeira eleição direta para a Presidência após o fim do regime militar. O levantamento indicou que a democracia tem maior índice de aprovação da entre os jovens, nascidos depois da redemocratização. No estrato de 16 a 24 anos, 74% dos eleitores concordam que o sistema democrático é “sempre a melhor forma de governo”. Em relação à faixa etária, a ideia de que o regime com eleições diretas é melhor tem menos respaldo entre os menos escolarizados (55%) e maior apoio entre os mais escolarizados (84%).

Democracia em exposição

Em cartaz até o dia 16 de maio de 2019 no Museu de Arte do Rio de Janeiro, a exposição “Arte Democracia Utopia — quem não luta tá morto”, com curadoria de Moacir dos Anjos, reúne trabalhos de artistas brasileiros contemporâneos, além de propostas e ações realizadas por grupos comunitários, associações e outras articulações da sociedade civil que visam a construção de estruturas de atuação política e social. “Quem não luta tá morto é frase gritada por muitas e muitos dos que teimam em construir, em estado de constante disputa, lugares e tempos mais generosos e inclusivos. É frase dita bem alto, em particular, por aquelas e aqueles que buscam fazer valer, no Brasil, o direito constitucional à terra e à moradia. Frase que sintetiza a certeza vital que move a construção utópica: a impossibilidade de estancar a busca do que se deseja e do que se precisa”, resume o curador. Os trabalhos expostos no museu foram concebidos a partir dos conceitos de vida, morte e luta. Para Moacir, adotar a palavra de ordem como título da exposição é “querer estar junto, é querer fazer multidão. É lembrar que, enquanto houver desigualdades de acesso à condição de vida que para alguns já existe há muito, a história não tem fim”.



ADRIANO DE LAVOR

Ativistas contra violência sexual levam Nobel da Paz

A iraquiana Nadia Murad é sobrevivente da escravidão sexual imposta pelo Estado Islâmico no Iraque. O médico Denis Mukwege ajudou a tratar cerca de 30 mil vítimas de violência sexual na República Democrática do Congo, muitas das quais mulheres tratadas como espólio de guerra. Ambos são os vencedores do prêmio Nobel da Paz deste ano. Nadia, de 25 anos, se tornou ativista dos direitos humanos após escapar dos terroristas, em 2014. Ela liderou uma campanha para impedir o tráfico de pessoas e libertar o grupo étnico-religioso da yazidi, ao qual pertence, composto por cerca de 400 mil pessoas. A etnia é considerada “infiel” pelos extremistas do Estado islâmico. “Espero que ajude a levar justiça às mulheres que sofreram violência sexual”, afirmou Nadia após ser informada do prêmio, conforme noticiou o portal G1 (1/10). O congolês Denis Mukwege, por sua vez, pediu ao mundo para acabar com o estupro como arma de guerra, dizendo que um “sistema de impunidade” ainda prevalece em muitos dos países mais afetados, declarou ele em entrevista publicada na agência internacional de notícias Reuters (19/10).



REPRODUÇÃO



REPRODUÇÃO

O Comitê Norueguês do Nobel emitiu declaração no site da premiação afirmando que os laureados foram cruciais em chamar atenção para o combate a esses crimes de guerra. No Twitter, o comitê se posicionou, afirmando que “um mundo mais pacífico só pode ser possível se as mulheres, seus direitos fundamentais e segurança forem reconhecidos e assegurados em uma guerra”. Os vencedores vão dividir o prêmio de 9 milhões de coroas suecas, o equivalente a 1 milhão de dólares.



AFP

Terapia contra o câncer garante Nobel de Medicina

O prêmio Nobel de Medicina de 2018 foi para um novo tipo de terapia contra o câncer que “desativa o freio” do sistema imunológico humano e é considerada uma nova esperança para a cura da doença. Os agraciados foram os imunologistas James P. Allison, dos Estados Unidos, e Tasuku Honjo, do Japão. A imunoterapia, que mira mais especificamente as células cancerígenas, é considerada uma nova fronteira nos tratamentos contra o câncer. Tanto Allison quanto Honjo, que trabalharam separadamente e vão dividir o prêmio de 1 milhão de dólares, estudaram na década de 1990 proteínas que impedem que as principais células de defesa do corpo, as células T, ataquem as células cancerígenas.

Quando o sistema imunológico detecta a presença de ameaças no



REPRODUÇÃO / TWITTER

organismo, como vírus e bactérias, estas células se agarram às substâncias exógenas, o que estimula uma resposta imunológica de larga escala. Diversas proteínas mensageiras também estão envolvidas nesse processo. Algumas potencializam a resposta do sistema imunológico e outras servem como

freios, prevenindo uma resposta exagerada. No caso do câncer, o sistema de defesa do corpo nem sempre consegue identificar os tumores e atacá-los. Allison, professor na Universidade do Texas, estudou no início dos anos 1990 a proteína CTLA-4, que funciona como uma espécie de freio do linfócito T. Honjo, professor na Universidade de Kyoto, descobriu em 1992 outra proteína na superfície dos linfócitos T: a PD-1, que também freia as células imunológicas, mas com outro mecanismo. É neste ponto que os trabalhos dos dois pesquisadores provaram ser revolucionários. Com as descobertas, os pesquisadores passaram a desenvolver medicamentos que inibem a atividade dessas proteínas, estimulando o sistema imunológico a atacar tumores.

Pobreza no mundo em números

“Eliminar a miséria não é uma questão de caridade, mas de justiça”, disse o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, em pronunciamento no Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza (17/10). Nos últimos 25 anos, quase 1 bilhão de pessoas saíram da pobreza, graças à liderança política, ao desenvolvimento econômico inclusivo e à cooperação internacional, acrescentou Guterres. Para continuar a combater o problema, a Unesco defendeu o acesso universal à educação básica e a uma formação ampla, que combata costumes sociais associados a desigualdades. Meta número 1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a eliminação da pobreza até o ano de 2030 passa, segundo a ONU, pela implementação de sistemas de proteção social. “Há uma conexão fundamental entre a erradicação da extrema pobreza e a garantia de direitos iguais para todas as pessoas”, ressaltou o secretário-geral. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) alertou para as diferentes formas de privação, que não estão necessariamente relacionadas à renda, mas ao acesso a serviços e direitos, como educação, saúde e saneamento. Guterres cobrou ainda que os países “não deixem ninguém para trás”. Confira alguns números sobre a pobreza mundial deste e de outros organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

10%
da população mundial vivem na pobreza extrema.

1,3 bilhão de pessoas ainda vivem na chamada “pobreza multidimensional” — não são apenas pobres em termos de renda, também lhes falta saúde, educação e padrões mínimos de vida, segundo o PNUD.

1,90
dólar por dia por pessoa (cerca de 7 reais) caracterizam a pobreza extrema, para o Banco Mundial.

700 milhões
de pessoas são impedidas de terem suas necessidades básicas atendidas por causa da pobreza.

Fonte: ONU
Relatório na íntegra (em inglês)
<https://goo.gl/ObsFL2>

Ativistas defendem luta contra a aids

Ativistas da luta contra a aids esperam que o presidente eleito Jair Bolsonaro garanta acesso aos antirretrovirais no SUS e a continuidade da política de aids no Brasil. Escutados pela Agência de Notícias da Aids (28/10), eles são unânimes ao requerer o fortalecimento da política de enfrentamento à epidemia no país. “A Constituição diz que temos garantia ao direito à vida, por isso, vamos lutar pelo

cumprimento da lei. Que o novo presidente tenha ciência da importância da política de aids no Brasil e que precisamos juntos unir forças contra essa epidemia que ainda mata muita gente no Brasil e no mundo”, declarou Juliana Corrêa, representante do Movimento Nacional das Cidadãs Positivas do Amazonas e integrante da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids (RNP+Brasil); “É

preciso ampliar os recursos para o SUS. É fundamental garantir todos os princípios do SUS, a ampliação de recursos para a resposta a aids, reforçar o papel da sociedade civil e ter peito para enfrentar as patentes de medicamentos”, requereu Salvador Correa, integrante da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA). Confira as opiniões na íntegra em <https://goo.gl/SQHLoi>

Atenção primária é saúde integral



“Atenção primária à saúde é o meio mais eficiente e eficaz para alcançar a saúde para todos. Mas muitas vezes é a parte do sistema de saúde mais carente de recursos e com maior lacuna nas comunidades pobres e marginalizadas”, alerta um dos cartazes da Conferência Global sobre Atenção Primária à Saúde. O evento, que partiu do tema “De Alma-Ata para a cobertura universal de saúde e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, aconteceu na cidade de Astana, no Cazaquistão, 25 e 26 de outubro de 2018, e teve o objetivo de reafirmar os compromissos expressos na “ambiciosa e visionária” Declaração de Alma-Ata, firmada em 1978, e pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

No primeiro dia da conferência, uma nova declaração (elaborada com a contribuição de diversos países) foi apresentada aos participantes, onde estes se comprometem em fazer escolhas políticas ousadas para a saúde em todos os setores; construir cuidados de saúde primários sustentáveis; capacitar indivíduos e comunidades; e alinhar o apoio das partes interessadas às políticas, estratégias e planos nacionais.

A Declaração de Astana, no entanto, foi vista com reservas por pesquisadores da Fiocruz presentes à conferência, que temem que o documento desvirtue o que propunha a Declaração de Alma-Ata, como registrou a Agência Fiocruz (26/10). O grupo observou que algumas sugestões vinham tratando a atenção primária à saúde como sinônimo de “cobertura universal de saúde”, centrada na cobertura financeira, o que não necessariamente garante acesso aos serviços de acordo com as necessidades de saúde.

Em contraposição, a Fiocruz propôs, a partir de um grupo de trabalho, um documento onde defende a Atenção Primária à Saúde integral, o direito universal de saúde e sistemas públicos universais de saúde — como o SUS. O texto foi sintetizado a partir de contribuições de pesquisadores sobre os temas mencionados nas primeiras propostas da Carta de Astana e outros constantes da programação da conferência. A Declaração de Astana pode ser lida em <https://goo.gl/RsFnks>. O documento que firma a posição brasileira, também disponível em espanhol e inglês, pode ser acessado em <https://goo.gl/evmte7>

SUS e os idosos



A maior parte dos idosos brasileiros dependem exclusivamente do SUS, segundo os resultados do Estudo Longitudinal da Saúde dos Idosos Brasileiros (ELSI-Brasil), divulgado pelo Ministério da Saúde. De acordo com o levantamento, 75% dos idosos utilizam o sistema público e 83% deles realizaram pelo menos uma consulta médica nos últimos 12 meses. O levantamento foi coordenado pela Fiocruz e identificou no período que 10% do grupo foram hospitalizados uma ou mais vezes. Atualmente, os idosos representam 14% dos brasileiros, o que corresponde a 29 milhões de pessoas. Em 2030, o número de pessoas acima de 50 anos (idade a partir da qual, estes pesquisadores monitoram o processo de envelhecimento) deve superar o de crianças e adolescentes de zero a quatorze anos.

- 75% dos idosos dependem do SUS
- 40% dos idosos possuem uma doença crônica
- 30% possuem duas ou mais doenças crônicas, como diabetes, hipertensão ou artrite
- 85% da população com 50 anos ou mais vivem em áreas urbanas

STF reage à ação contra universidades

Até menos 27 universidades sofreram operações de fiscais dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) e de policiais na última semana antes do segundo turno das eleições (28/10). As ações apreenderam materiais e interromperam atividades a favor da democracia e contra o fascismo, com a alegação de que continham conteúdo irregular de campanha e expressavam opiniões políticas no espaço das universidades, como informou o Deutsche Welle Brasil (26/10). Fiscais do TRE foram até o campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 23/10, para retirar faixas e cartazes com dizeres como “Direito Uerj antifascista”, “Marielle presente” e “Ditadura nunca mais”. Segundo a Carta Capital (26/10), uma juíza eleitoral determinou a prisão do diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), Wilson Madeira Filho, se não fosse retirada a faixa “UFF antifascista” da fachada do prédio.

Dois dias antes da votação, na sexta (26/10), a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia, determinou a anulação dos efeitos dessas ações que interromperam aulas e debates, recolheram documentos ou reprimiram a manifestação de professores e estudantes. “Sem liberdade de manifestação, a escolha é inexistente. O que é para ser opção, transforma-se em simulacro de alternativa. O processo eleitoral transforma-se

em enquadramento eleitoral, próprio das ditaduras”, afirmou a ministra. A decisão ocorreu em resposta à ação da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que citou “episódios de ação policial presumidamente sem respaldo da Justiça e outras em cumprimento a decisões judiciais, mas sem fundamento válido”, como noticiou o Jornal Nacional (27/10).

As batidas policiais e do TRE em universidades de todo o país geraram críticas de órgãos da Justiça e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O Ministério Público Federal (MPF) lançou nota (26/10) em que afirmou que ações para impedir alunos e professores de universidades a se manifestarem livremente sobre questões da vida pública do país são “potencialmente incompatíveis com o regime constitucional democrático”. O presidente do STF, Dias Toffoli, disse que o Supremo sempre defendeu a autonomia e a independência das universidades brasileiras, como noticiou *O Globo* (26/10), e o também ministro Marco Aurélio Mello considerou “incabível” interferência externa nos campi. A OAB/RJ manifestou repúdio em relação a ações que tentam censurar a liberdade de expressão de estudantes e professores das faculdades de Direito, bem como de todos os cidadãos, e esclareceu que “a manifestação livre, não alinhada a candidatos e partidos, não pode ser confundida com propaganda eleitoral”.

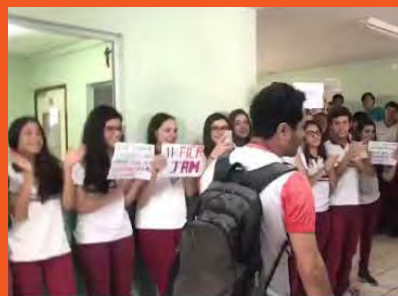
Aumento para agentes

O congresso derrubou (17/10) o veto do presidente Michel Temer ao aumento do piso salarial dos ACS e de combate a endemias. A partir de 2019, o piso (limite mínimo) que é R\$ 1.014,00 passa a R\$ 1.250,00 (23,27% de reajuste), R\$ 1.400 em 2020 (12%) e R\$ R\$ 1.550 em 2021 (10,71%), conforme informou a Agência Câmara (17/10). Depois disso, o reajuste anual seguirá índice a ser fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O aumento será incorporado à Lei 13.708 /2018 (Radis 192) que também fixa jornada de trabalho para quem receber o piso, exige cursos de treinamento a cada dois anos e determina que o custeio da despesa de locomoção desses profissionais. O aumento foi vetado pelo presidente Michel Temer em julho quando este sancionou a nova regulamentação profissional da categoria por entender que ele criava despesas obrigatórias sem indicar o impacto no orçamento. A nova regulamentação obriga que ACS estejam presentes nos programas ligados à saúde da família e de agentes de combate às endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental. A Confederação Nacional dos Agentes de Saúde (Conacs) comemorou (17/10) a aprovação, que vai beneficiar 300 mil profissionais em todo o país. Já o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems) considerou que a medida é “Irresponsável”.

Estudantes apoiam professor denunciado

A primeira atitude da deputada estadual Ana Caroline Campagnolo (PSL-SC), após o resultado das eleições presidenciais, foi sugerir nas redes sociais que estudantes catarinenses vigiem seus professores e denunciem “manifestações político-partidárias ou ideológicas”. Quer a deputada que os alunos gravem as aulas de seus educadores e façam uma delação enviando o nome do professor e da escola para determinado número de celular. Entidades de defesa da educação recorreram ao Ministério Público contra a parlamentar.

Ameaças à liberdade de ensino e aprendizagem já vêm acontecendo na prática. Em Fortaleza (CE), um professor de sociologia de uma escola particular teve filmada a aula em que exibiu o filme “Batismo de Sangue”, sobre a resistência de frades dominicanos durante a ditadura no Brasil. Um aluno o acusou de fazer “doutrinação comunista” e postou o vídeo na web, onde o professor recebeu ofensas e xingamentos. Mas ao chegar à escola no dia 29 de outubro, o educador foi ovacionado por um grupo de alunos que o receberam na porta de



REPRODUÇÃO / YOUTUBE


entrada sob aplausos e portando cartazes de apoio. O vídeo também viralizou na internet.

ARQUEÓLOGO DAS DOENÇAS

Um dos criadores da paleoparasitologia, Luiz Fernando Ferreira faleceu em outubro. Quando era garoto, nos anos 1940, Luiz Fernando era trazido por um parente ao campus da Fiocruz. Ali foi despertado nele o gosto pela ciência. “Quando entrei na faculdade, já sabia que não queria trabalhar em consultório; queria mesmo ficar mexendo no laboratório”, contou em entrevista à *Radis* (130), em 2013. Os passeios à Fiocruz ajudaram a moldar o cientista Luiz Fernando da Rocha Ferreira da Silva, internacionalmente reconhecido pela criação da paleoparasitologia, ciência que estuda a origem das doenças por meio da presença de agentes patogênicos em fósseis de animais extintos e múmias. Ele foi o principal responsável pela fundação e aperfeiçoamento de grupos de pesquisa nacionais e internacionais nesta área. Também foi presidente da Fiocruz (1990) e diretor da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), entre 1978 e 1979, e ajudou a idealizar a criação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) — instituição que também tem a missão de aproximar jovens da formação para as ciências.

Luiz Fernando escolheu um objeto de estudos pouco habitual para buscar respostas sobre a origem de muitas doenças: os chamados coprólitos, fezes mumificadas, secas ou mineralizadas. A ideia surgiu, ainda nos anos 1970, quando ele e seu então orientando de mestrado, Adauto José Araújo, aceitaram o desafio de comprovar cientificamente a origem da esquistossomose — se ela havia surgido nas Américas ou vindo da África, como se pensava teoricamente. Decidiram procurar evidências científicas nas fezes de múmias pré-colombianas e assim nasceu a paleoparasitologia, termo apresentado oficialmente em 1979 no Congresso Brasileiro de Parasitologia. Essa e outras histórias foram contadas em entrevista à *Radis*, quando ele defendeu a importância de pesquisas em ciência básica como as que desenvolveu durante toda a vida.

Em 2012, o pesquisador ganhou o Prêmio Jabuti na categoria Ciências Naturais com o livro “Fundamentos da Paleoparasitologia”, em parceria com seu antigo orientando Adauto, pesquisador e ex-diretor da Ensp/Fiocruz falecido em 2015, e Karl Jan Reinhard, da Universidade de Nebraska (EUA). Em 2004, foi diplomado pesquisador-emérito da Fiocruz e, em 2005, tomou posse da Academia Nacional de Medicina como membro honorário. Na Fiocruz, também esteve à frente das vice-presidências de Recursos Humanos e de Ensino na gestão de Sérgio Arouca, entre 1985 e 90.

Carioca nascido em 23 de setembro de 1936, Luiz Fernando Ferreira formou-se médico pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, em 1962. Concluiu o doutorado na mesma instituição, em 1966. Na Fiocruz, fundou o Departamento de Ciências Biológicas (DCB) da Ensp. Uma de suas pesquisas, em parceria com a arqueóloga Niède Guidon, ajudou a provar que a doença de Chagas era anterior à “casa de sapê” e já afetava populações pré-colombianas há 26 mil anos. Mesmo depois de aposentado e chamado com carinho de “pesquisador dinossauro”, ele continuou estudando a presença de parasitas em fezes de dinossauros de mais de 200 milhões de anos. Luiz Fernando morreu no dia 22 de outubro de 2018, aos 82 anos. 





BASE DA DEMOCRACIA

Nos 30 anos da Constituição Cidadã, reitores e pesquisadores defendem liberdade e solidariedade expressos na lei máxima do país

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição tornou-se o principal símbolo do processo de redemocratização nacional. A nova Carta nasceu como resposta às reivindicações da sociedade por mudanças estruturais no país, após o ciclo de 20 anos de governos militares e a eleição do ex-governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, para a presidência da República (via Colégio Eleitoral), sua morte antes da posse e a substituição pelo vice José Sarney. Após duas décadas sob o regime militar, a sociedade brasileira conquistava uma Constituição que assegurava a liberdade de pensamento e que trazia mecanismos para evitar abusos de poder do Estado.

“Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira e desbravadora. Será luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados. É caminhando que se abrem os caminhos. Ela vai caminhar e abri-los. Será redentor o que penetrar nos bolsões sujos, escuros e ignorados da miséria”, afirmou Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, ao apresentar a “Constituição Cidadã” ao povo brasileiro. O documento foi o resultado de uma Assembleia Nacional

Constituinte, convocada em 1985 pelo presidente José Sarney, que trabalhou durante 20 meses e da qual participaram 72 senadores e 487 deputados federais, com intensa interferência da sociedade.

Diante de um cenário por vezes de ameaça às garantias do texto aprovado em 1988, *Radis* aproveitou o evento “Direitos Constitucionais 30 anos depois: para onde vamos?”, que aconteceu dia 19 de outubro no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para ouvir, dos representantes das instituições públicas de ensino e pesquisa presentes, sobre o futuro dos direitos constitucionais. “Esse discurso que quer eliminar o outro não cabe no país. O princípio da solidariedade é cláusula pétrea: não se pode romper o pacto de solidariedade porque é ele que nos organiza para as gerações futuras”, defendeu a jurista Deborah Duprat, do Ministério Público Federal, debatedora do evento. A seguir, confira a análise dos demais participantes sobre pluralidade, liberdade de expressão e defesa de direitos assegurados pela Carta.

Deborah Duprat

PROCURADORA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)

“A Constituição de 1988 espalha direitos para todas as pessoas pela primeira vez na história desse país marcado por eventos masculinos, brancos, europeus e que acumulam violência — entre os quais se destacam a conquista do território e a escravidão. Ela não é produto da mente iluminada de legisladores; é reflexo de um processo histórico de lutas que ali se encontram e se aliam. O que garante coerência ao texto é a diversidade na sua elaboração. Até então tínhamos, em outras constituições, as marcas dos privilégios — um Brasil dividido em grandes latifúndios que seriam de propriedade das mesmas pessoas para sempre.

Em 1988, se fala de liberdade, especialmente da liberdade de expressão — porque vínhamos de um longo período de silenciamento, não só pela ditadura militar, mas pelos processos históricos de descarte de histórias. A Carta fala do plural, do múltiplo, do diverso. Trata de terras indígenas, terras quilombolas. Reorganiza campo e cidade. Torna a saúde um direito universal. Estabelece que deve se investir na escola como espaço de preparação para a cidadania, onde vamos a aprender a viver na diversidade, a conviver com as diferenças. A sociedade plural vive permanentemente em conflito, em agitação, nas ruas, protestando, manifestando — mas as discordâncias se dão no plano das ideias. Somos diferentes, sim, e disputamos no diálogo. Por isso, o princípio da participação social é fundamental.

O princípio organizativo da Constituição é o artigo 3º, em que todos se comprometem por uma sociedade livre da miséria e da pobreza extrema, por uma sociedade mais igual. A solidariedade ali colocada não depende da disposição individual, é como a sociedade se organiza e torna possível o sentido da vida. Por isso, esse discurso que quer eliminar o outro não cabe no país. Esse princípio é cláusula pétrea: não se pode romper o pacto de solidariedade porque é ele que nos organiza para as gerações futuras.”



Nísia Trindade Lima

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)

“A Constituição de 88 resultou de várias lutas e, portanto, está longe de expressar a sociedade utópica da igualdade, mas não há dúvidas de que trouxe avanços que neste momento precisam ser preservados, defendidos. A Emenda 95, com seu teto de gastos por 20 anos, pretende fazer do texto letra morta, mas a sociedade está viva. O Brasil é um país marcado pela violência e pela desigualdade. Ao longo da nossa história, vários movimentos políticos, sociais e intelectuais se organizaram para combater os privilégios e as desigualdades. O ano de 1988 é a marca mais forte do reconhecimento das nossas diferenças.

Precisamos ter consciência de que está em pauta neste momento a criminalização de diversos segmentos ligados a projetos de um país mais plural — não só dos partidos políticos e sindicatos, mas também dos servidores públicos, dos intelectuais, dos cientistas. Me preocupa a campanha em curso de deslegitimação de todo o pensamento intelectual no Brasil, da ciência — em particular, das ciências sociais e da história. Artigo na *Folha de S.Paulo* afirmou que esse conhecimento produz fakenews, está baseado em evidências falsas e é orientado por viés ideológico que precisa ser combatido. Nossa primeira tarefa é nos unirmos em defesa do pensamento crítico, do espaço de reflexão.

A história da Fiocruz se confunde com a do capítulo da saúde da Constituição, na medida em que as lutas para legitimar a saúde como direito universal antecederam 1988. Temos compromisso com o projeto de um país em que saúde, ciência, tecnologia e inovação devem ser concebidos como investimentos determinantes no desenvolvimento justo, soberano e sustentável, voltado para os interesses da sociedade.”

Ildeu Moreira

PRESIDENTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O
PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC)

“A SBPC participou ativamente da Constituinte. À época, eu era do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e fizemos caderninho sobre educação, democratização da mídia. Éramos ativos na plenária de participação popular e usávamos as emendas populares para inserir no texto pontos que considerávamos importante. O Movimento de Ciência e Tecnologia na Constituinte fez emenda popular e, por isso, temos um capítulo sobre o tema. Foi uma inovação, muitas constituições não traziam isso no seu texto. Os artigos que ali colocamos falam do papel do Estado no apoio à C&T como dever constitucional, da educação pública e gratuita — que estava em causa, inclusive nas universidades.

Era um momento em que a sociedade civil estava se afirmando, mais organizada. Depois, se fragilizou e, assim, passou a ser mais facilmente atingida por ondas que desorganizam o processo social. Colocamos ali conceitos como cidadania, direitos humanos, direitos sociais, direitos trabalhistas, dignidade da pessoa humana. Perdemos o embate da reforma agrária, da democratização da comunicação, porque outros setores eram muito mais fortes à época — e continuam. Uma série de demandas não foram contempladas, mas a Constituição é certamente um ponto fundamental da democracia no país.”

Luís César Passoni

REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE
FLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UENF)

“A Constituição não foi a inauguração de um novo pacto. Ela surgiu a partir de uma disputa de forças sobre cada artigo, com a participação não só dos parlamentares, mas também de diversos atores da sociedade organizada — de sindicatos de trabalhadores a associações patronais — refazendo cada parágrafo. No final, ela reflete a correlação de forças daquele momento: se fala em solidariedade e erradicação da miséria, igualmente trata da propriedade privada.

A partir dos anos 90, temos sofrido uma série de regressões em relação àquela Constituição, antes mesmo de ter sido completamente regulamentada. As modificações são sempre para pior: a Carta se torna menos social, menos preocupada com a distribuição de renda e com a defesa dos interesses nacionais frente ao mundo. Recentemente, houve um cataclisma com a Emenda 95, com retrocessos dos direitos. Direitos esses que foram conquistados — não pactuados, dados, acordados — com a mobilização da sociedade, que disputou cada linha daquela redação. Vivemos hoje um momento de agressão cada vez mais intensa àquela Constituição, que descaracteriza o Estado que se pretendeu construir no momento em que saíamos da ditadura. É preciso reafirmar o compromisso com os direitos constitucionais e recuperar os que foram perdidos. Defendo uma campanha para que haja uma emenda constitucional que só permita alteração da Constituição via plebiscito popular, para conseguir segurar esse declínio da nossa sociedade.”

Roberto Lehrer

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

“Vivemos tempos complexos, tempos perigosos e, mais do que nunca, precisamos estar organizados para o debate público e para a defesa de uma concepção de mundo frente às condições de barbárie, de violência, de ódio e de negação da humanidade do outro. A comemoração dos 30 anos da Constituição Federal é muito necessária, porque é preciso lembrar que lutamos por uma Constituinte livre e soberana em nosso país em um contexto de enfrentamento à ditadura.

A Constituição materializou muito da expectativa que tínhamos de futuro à época: a liberdade de cátedra, a liberdade de imaginação, o pluralismo teórico e, no caso das universidades, a proteção jurídica indispensável ao exercício da crítica. Em todo capítulo relacionado aos direitos civis, era necessário forjar um outro conceito de liberdade, estabelecendo sua relação com a igualdade social.

Houve um tempo em que reunir mais de quatro estudantes para discutir uma questão não autorizada pela direção da universidade implicava no banimento desse estudante por 10 anos. Houve um tempo em que dentro da sala de aula existia um agente do sistema de informação acompanhando o que ali se falava. Houve um tempo em que estudantes, técnicos e professores saíam para o trabalho e nunca mais eram encontrados.

É muito importante que toda comunidade acadêmica, essa emocionante diversidade, tenha confiança de que a universidade é o lugar da razão — da razão polissêmica. Aqui é o lugar do debate, do uso autônomo e crítico da razão, em que prevalecem argumentos. É o lugar onde temos direito de sonhar um outro mundo. É o lugar de afirmar o valor da ciência, da cultura, da tecnologia como forma de expressar e forjar um outro tempo histórico.”





TODOS OS SERES HUMANOS NASCEM LIVRES E IGUAIS EM DIGNIDADE E DIREITOS...
ARTIGO 1.º DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

O DIREITO DE TER DIREITOS

Às vésperas de completar 70 anos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é alvo de ameaças e impõe desafios para que seu conteúdo seja respeitado no cotidiano

ANA CLÁUDIA PERES

Gabriela não conseguiu atravessar a fila de embarque no aeroporto usando as vestes da sua religião. Júlia, branca, viu seu filho negro ser barrado na porta de um banco. Gustavo foi espancado na rua porque trajava a camisa de seu time do peito. Marina quase desistiu da bolsa a que tinha direito em uma universidade particular por conta da gozação e zombaria de que era vítima diariamente. E Vítor, de 8 anos e portador de uma alergia alimentar severa e múltipla, precisou recorrer a uma rede de amigos para conseguir comprar o leite caríssimo de que necessita porque desde junho o Estado parou de lhe fornecer.

Nas próximas páginas, você vai conhecer as histórias de quatro brasileiros e uma argentina que foram feridos em sua dignidade — dignidade que é o grande valor por trás dos 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completa 70 anos em dezembro, em meio a uma onda de desrespeito ao seu conteúdo e ameaças que põem o mundo em estado de alerta. Acontece quando você menos espera, nas pequenas violações cotidianas, e nas imensas, a exemplo do horror vivido por populações submetidas a torturas, execuções, selvagerias, violências de qualquer espécie. Aconteceu com eles. Poderia ser com você.

Direitos humanos são para todos os humanos, afirma Juana Kweitel, diretora executiva do Conectas, uma organização não governamental que atua no Brasil desde 2001 em defesa da igualdade de direitos. Apesar de, nos últimos anos, a expressão vir ganhando um sentido pejorativo e da insistência em associá-la apenas à pauta da segurança, Juana faz questão de frisar que direitos humanos tem que ser algo que diga respeito ao cotidiano. “A gente precisa pensar, falar, discutir, conversar sobre isso rotineiramente para reverter uma realidade que é profundamente desigual”, acredita.

Numa definição didática, a ONU explica que os direitos humanos são inerentes a cada pessoa, simplesmente por ela ser humana, independente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. São direitos aos quais todos — sem distinção de onde nasce, como vive e a que classe social pertence — deveriam ter acesso. Trata-se do direito à vida, antes de tudo, mas também à segurança, à saúde, à moradia, à alimentação, ao trabalho, a expressar livremente suas opiniões. “Eles promovem valores fundamentais como a dignidade, a liberdade e a igualdade”, reforça Maria Helena Barros, coordenadora do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Fiocruz (DIHS). “E é importante resgatar esses princípios até para corrigir equívocos que foram sendo construídos ao longo dos anos e que contaminaram negativamente a concepção de direitos humanos”.

VERSÕES DISTORCIDAS

Quantas vezes você já ouviu a frase: “Direitos humanos são para humanos direitos”? Ou numa versão ainda mais antagônica do conceito: “Direitos humanos só servem para proteger bandido?” Esse tipo de raciocínio ganhou adeptos e tem se configurado como uma tendência no mundo inteiro. No Brasil, os dados são alarmantes. De acordo com pesquisa do Instituto Ipsos divulgada em agosto, seis em cada 10 brasileiros acham que “os direitos humanos apenas beneficiam pessoas que não os merecem, como criminosos e terroristas”. Entre os entrevistados, 21% chegam a se manifestar “contra” à mera existência dos direitos humanos. Outros 28% afirmam: “Direitos humanos não significam nada no meu cotidiano”. Nesse quesito, o número de brasileiros que pensa dessa maneira fica atrás apenas dos ouvidos na Arábia Saudita e na Índia.

Na verdade, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um texto histórico aprovado às 23 horas e 56 minutos do dia 10 de dezembro de 1948, em Paris, por 48 votos a 0, durante sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Em um planeta recém-saído do trauma da Segunda



TODO S
DIREITO
PENSAMEN
E RELIGI
INCLU
MUDAR
CRENÇ
DE M
RELIGIÃO
ENSINO, PEL
CULTO EM

[ARTIGO 18 - DECL



ER HUMANO TEM
À LIBERDADE DE
TO, CONSCIÊNCIA
ÃO; ESSE DIREITO
A LIBERDADE DE
R DE RELIGIÃO OU
CA E A LIBERDADE
MANIFESTAR ESSA
OU CRENÇA PELO
A PRÁTICA, PELO
M PÚBLICO OU EM
PARTICULAR.

ARAÇÃO UNIVERSAL DOS
DIREITOS HUMANOS]



A muçulmana interdita

A aeroportos nunca tinham lhe deixado intimidada. Até aquele dia. Ela estava embarcando no Rio de Janeiro, onde morava e cursava doutorado, para uns dias em casa, em Rosário, na Argentina. Recém-convertida ao islamismo, usava o hijab — véu que as mulheres islâmicas utilizam para cobrir a cabeça e o colo. À sua frente, duas freiras vestiam o hábito, traje típico mantido por muitas congregações e ordens religiosas da Igreja Católica. Na fila do embarque, as freiras seguiram sem qualquer embarço. Ela não.

A pesquisadora argentina Gabriela [nome fictício] é bióloga e tem duas filhas. O episódio no aeroporto aconteceu há cerca de 10 anos, antes das suas meninas nascerem, durante o período em que ela abraçou a religião muçulmana, sofrendo uma série de preconceitos e discriminações, como agora relata à *Radis*: “Naquele dia, fui conduzida a uma sala da Polícia Federal e revistada. Alegando questões de segurança, eles queriam verificar se eu levava algo sob o hijab. As freiras também estavam cobertas, mas somente eu fui submetida ao constrangimento de levantar minhas roupas e o véu. Aquilo não era justo. Me senti invadida e com raiva”.

Não foi a única ocasião em que Gabriela teve o seu direito à crença e à religião desrespeitados. “O preconceito teve várias fontes que às vezes pareciam contrárias entre si”, conta. “A resistência podia vir da própria comunidade islâmica, já que os muçulmanos às vezes desconfiam das motivações daqueles que se convertem, ou de outras religiões, principalmente dos evangélicos”. Ela se sentiu desvalorizada também entre os colegas acadêmicos que criticavam o fato de uma estudiosa em genética se deixar levar pelo criacionismo — teoria que, por princípio, rejeita a ideia da evolução biológica. “Criticavam a minha fé em Deus e

o fato de o Islã ser uma religião que, do ponto de vista ocidental, vai de encontro à emancipação das mulheres”. A forma da intolerância é que não variava muito. “Gargalhadas na rua, xingamentos e um profundo desrespeito”, lembra.

Gabriela conheceu a religião muçulmana em 2007, ao se aproximar de um amigo americano, cujo pai havia se convertido ao islamismo durante o movimento por direitos civis nos Estados Unidos, na década de 1960. Seis meses depois, com muita leitura, ela começou a fazer as cinco orações diárias e a praticar a religião do profeta Muhammad. “Grande parte do meu conhecimento era explicado por meio do Alcorão [livro sagrado dos muçulmanos]. Poderia ter tido outra religião, mas naquele momento, o Islã foi espiritualmente muito importante para mim”, diz ela, que não conseguiu enfrentar a resistência das pessoas a uma religião específica. “Eu passei a viver de forma muito isolada. Somando isso a outras questões da minha vida particular, acabei me afastando aos poucos”, conta. “Não das minhas crenças, mas da prática da religião. Ainda acredito em Deus e leio sempre que posso”.

A liberdade religiosa está garantida nos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas ainda não existe de fato. O Brasil registra uma denúncia de intolerância religiosa a cada 15 horas, segundo dados do Ministério de Direitos Humanos (MDH). O último relatório da Anistia Internacional chama atenção para os ataques aos locais de culto das religiões de matriz africana, como a Umbanda e o Candomblé, na Baixada Fluminense. Somente em agosto e setembro de 2017, pelo menos oito centros religiosos foram destruídos. “Acho que a pluralidade provoca certo mal-estar em pessoas que têm medo daquilo que é diferente”, lamenta Gabriela. (ACP)

Guerra Mundial, a comunidade internacional decidiu assumir, em um documento único, o compromisso com valores básicos do ser humano a fim de impedir que aquele tipo de atrocidade voltasse a se repetir. Elaborada ao longo de dois anos, a Declaração afirma em seu preâmbulo que “o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros” e propõe “o advento de um mundo em que todos gozem da liberdade de palavra, de crença, e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade”.

Diz o artigo primeiro que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em

direitos”. Ao lado dos outros 29, compõe um conjunto de artigos indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, uma vez que na prática a violação de um direito vai afetar o respeito por outro. Com essa dimensão, os direitos humanos foram incorporados às leis constitucionais e convenções de 193 países. Sem a barreira da língua — o texto foi traduzido para mais de 500 idiomas —, o objetivo do documento era o de gerar um conjunto de ações e tratados para que os direitos humanos fossem efetivamente assegurados em escala mundial. Setenta anos depois, essa não tem sido tarefa simples.

A mãe do filho negro

Aos 10 anos, Júlia (*nome fictício*) entendeu que a cor da pele poderia marcar distâncias entre as pessoas ao ver que a mãe de uma colega negra foi preterida pela diretora da escola em que estudava. Depois desse episódio, vieram muitos outros. Jovem, ela, que é branca, começou a namorar com um homem negro, seu futuro marido, e notou uma mudança no comportamento dos porteiros de prédios em que entrava. “Não havia problema quando eu estava sozinha. Com ele ao meu lado, eu era sempre barrada. Como ele estava comigo, era mais facilmente aceito”, contou à *Radis*, com emoção, em seu apartamento no Rio de Janeiro. Júlia passou a observar também que, nos restaurantes, os garçons lhe dirigiam a palavra evitando conversar com seu parceiro. Adulta, viu o pai rejeitar seu casamento devido à cor da pele do marido. Mãe, sofreu juntamente com seu filho mais velho, identificado como negro, em inúmeras situações cotidianas. “O enfrentamento é diário. Foram tantas coisas que fica difícil falar”.

Casada há 39 anos, mãe de dois meninos, ela afirma que nunca entendeu por que deveria manter uma relação diferente com uma pessoa de outra cor. “É desumano”, disse. “Eu sempre tive que dizer para meu filho ser o melhor na escola porque com ele as coisas iriam ser diferentes de outros meninos”. Júlia sofreu com cada relato do filho. “Quando eu entro num ônibus, você acha que alguém senta do meu lado?”, perguntou ele, certo dia, à mãe. O filho contou também que entrou com um colega loiro em um banco e apenas para ele foi pedido que mostrasse o conteúdo da mochila. “No supermercado, mesmo comigo à frente, o segurança quis ver o que ele tinha dentro de um saquinho de plástico”, lamentou. “O cotidiano é muito duro e marca a extensão dessa relação tão desigual entre brancos e negros”.

Júlia afirma que o racismo não é só sobre o ser ‘negro’. Para ela, a discriminação racial aparece muito mais fortemente para o negro que vem do meio popular. “Meu filho sabia que deveria andar bem arrumado sempre. Pedi

que ele usasse óculos, em vez de lentes de contato, para distingui-lo”, completou. “Entenda, eu precisei dar sinais claros para protegê-lo desse olhar perverso”. Nem sempre, porém, esse escudo foi impenetrável. Numa noite, em 2010, seu filho foi abordado pela polícia. “Do nada, ele foi jogado contra a parede e colocaram uma arma apontada para sua cabeça. Só que um oficial superior foi conversar e identificou sua origem. Na mesma hora, ele foi liberado e recebeu um pedido de desculpas. Isso é inaceitável”.

O direito à igualdade racial é tema de preocupação internacional constante e sobre ele versam inúmeros acordos, pactos e convenções de organismos que atuam na área de direitos humanos. Em seu artigo primeiro, a Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais, da Unesco, determina que “todos os seres humanos pertencem à mesma espécie e têm a mesma origem. Nascem iguais em dignidade e direitos e todos formam parte integrante da humanidade”. Além disso, o Estado brasileiro, por meio da Constituição de 1988, pune qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais. Mas, decorridos 130 anos desde que a escravatura foi abolida, a população descendente de africanos trazidos à força para o Brasil, permanece em situação de vulnerabilidade e passível de violências. Só para citar algumas diferenças, os negros formam a base da pirâmide social, residem em habitações mais precárias que os brancos, são os mais encarcerados, têm menos escolaridade e sofrem mais discriminação no Sistema Único de Saúde.

Para Júlia, essas informações comprovam que o direito humano da população negra vem sendo histórica e sistematicamente violado. “É equivocado pensar que os direitos humanos servem apenas para proteger criminosos. Eles falam do respeito pela dignidade do outro. As pessoas estão convivendo nessa história e nesse país. E devem respeitar a dignidade humana, seja de branco, preto, amarelo, seja o que for. Isso é ser humano”, argumenta. “Esse princípio é negociável”, sentencia. (LM)



TOD
CAP
OS D
ESTA
DEC
DE Q
DE R
RELI
DE C
ORIG
RIQU
QUA

ARTIG
DECLA
DOS D



Considerada por muitos como o marco do processo civilizatório da humanidade, como alerta o sanitarista e ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a Declaração se aplica a todos indistintamente, inclusive àqueles que por algum motivo transgrediram a norma legal e cometeram crimes. O artigo 9 assume que “ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado”, e o artigo 11, que “todo ser humano tem direito, em plena liberdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial”. Mas isso nem de longe pode ser motivo, reforça Temporão, para que uma boa parcela dos brasileiros — 66% ou dois em cada

três entrevistados, ainda de acordo com pesquisa da Ipsos — julgue que “direitos humanos defendem mais os bandidos que as vítimas”.

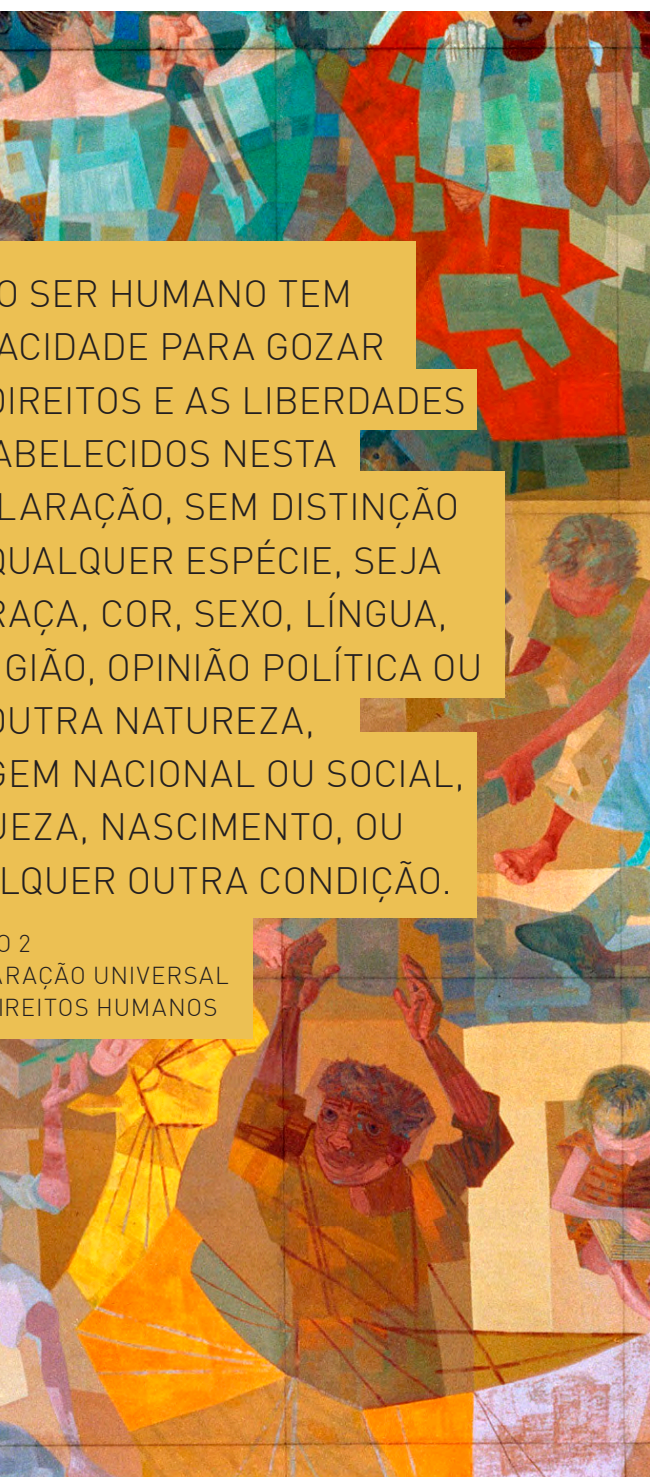
Segundo o ex-ministro, essa visão adulterada pode ser compreendida por fatores como o crescimento constante do número de homicídios que atingiu a marca de mais de 60 mil em 2016, e ainda pelo papel da mídia, que por meio de programas de rádio e televisão de caráter sensacionalista, durante décadas, explorou o tema da violência pelo viés policialiesco. “Esses programas acabam disseminando uma visão distorcida de que estaria havendo uma defesa desigual entre os direitos de quem praticou o crime e de quem foi vítima, omitindo que a maior parte dos encarcerados em nosso país cometeu pequenos delitos e que as condições das nossas prisões são um atentado cotidiano aos direitos dos apenados”, disse à *Radis*. Mas Temporão também não exime o Estado de sua parcela de responsabilidade. “Da Constituição de 1988 para cá, ainda não tivemos governo que tenha de fato implementado uma política efetivamente inovadora nesse campo”.

Para o vice-presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Darci Frigo, não foi por acaso que os grandes veículos de comunicação deixaram de aprofundar a discussão sobre o real significado de direitos humanos. Houve um esvaziamento do conteúdo, comenta Frigo, para impedir que os direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais fossem também compreendidos como direitos humanos e exigidos na sua extensão para todas as pessoas. Na opinião do advogado, que também coordena a ONG Terra Direitos, os avanços obtidos pela humanidade desde a assinatura da Declaração estão ameaçados pelas forças neoliberais e conservadoras e, na atual conjuntura global, pelo advento do neofascismo, um perigo que faz parecer à população que direitos humanos não são uma prioridade.

“No fundo, isso é uma reação à possibilidade de que todas as pessoas tenham esses direitos reconhecidos”, aponta o advogado. Talvez valha ficar atento a um outro dado revelado pela pesquisa, segundo o qual 69% dos brasileiros consideraram importante que haja uma lei para protegê-los. “As pessoas dizem que são contra os direitos humanos, mas se você pergunta se elas acham que têm direito à moradia digna, a trabalho, à educação, elas vão dizer que sim”, esclarece Frigo. “Ou seja, elas podem até não compreender, mas tudo isso é direito humano básico”.

E A SAÚDE COM ISTO?

Na mesma pesquisa do Instituto Ipsos, 63% dos brasileiros se declaram a favor dos direitos humanos. E quando perguntado “O que significa direitos humanos para você?”, 13% responderam que significa uma saúde de qualidade. Para Temporão, uma abordagem



TO SER HUMANO TEM
ACIDADE PARA GOZAR
DIREITOS E AS LIBERDADES
ABELECIDOS NESTA
LARAÇÃO, SEM DISTINÇÃO
QUALQUER ESPÉCIE, SEJA
RAÇA, COR, SEXO, LÍNGUA,
GIÃO, OPINIÃO POLÍTICA OU
OUTRA NATUREZA,
SEM NACIONAL OU SOCIAL,
JEZA, NASCIMENTO, OU
LQUER OUTRA CONDIÇÃO.

0 2
ARAÇÃO UNIVERSAL
DIREITOS HUMANOS

da saúde baseada em direitos humanos quer dizer, em primeiro lugar, que o direito à saúde plena é um dos componentes centrais desse processo. “Ou seja, a saúde não pode ser entendida nem como mercadoria, a ser colocada no mercado, nem como política pública fragmentada ou focalizada para determinados segmentos da sociedade”, indica. “A saúde, por essa compreensão, não admite qualquer tipo de exclusão ou discriminação”.

Desde 2015, a Fiocruz mantém um Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (DIHS). A coordenadora do DIHS, Maria Helena Barros, reforça que a discriminação visível ou implícita na prestação de serviços de saúde viola os direitos humanos fundamentais, mas ela argumenta que saúde não deve ser pensada apenas em sua forma biomédica e hospitalar. “Olhar a saúde desde uma perspectiva de direitos humanos é olhar para a violência, a opressão, os vulneráveis”, afirma. “A desigualdade social e tudo o que ela provoca precisam ser entendidos como uma questão de saúde”. A miséria, a fome, a escassez de trabalho, a falta de saneamento básico, o acesso precário à educação, a degradação do meio ambiente são fatores que causam doença e afetam diretamente a saúde das populações.

Para Marcos Besserman, vice-coordenador do DIHS, durante muito tempo se falou sobre os determinantes sociais da saúde — tudo aquilo relacionado às condições em que uma pessoa vive e trabalha — mas sem a abordagem dos direitos humanos. “Assim, ficava mais difícil chegar nas questões de vulnerabilidade social”, diz. Ele chama atenção para o fato de que demorou muito até o mundo perceber que não existe saúde sem direitos humanos. Nem mesmo os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) — metas pactuadas pelos estados-membros das Nações Unidas para tornar o mundo um lugar mais justo — trataram o assunto com o destaque merecido. O descuido foi corrigido com o lançamento da Agenda 2030 que, com todas as letras, reafirmou a importância da Declaração para que se alcance a erradicação da pobreza e o planeta chegue a outro nível de sustentabilidade na próxima década e meia.

CASOS EMBLEMÁTICOS

Para Juana, da Conectas, o maior problema que o Brasil enfrenta em relação aos direitos humanos são as constantes ameaças ao direito à vida e à integridade física. “Não podemos relativizar isso. O Brasil tem um número de homicídios similar ao de países em situação de conflito armado e também níveis de letalidade policial que não se têm em outros países”, adverte. O último relatório da Anistia Internacional, divulgado em março, que traz um inventário dos maiores atentados aos direitos no mundo, é taxativo com os casos brasileiros. Aqui, as ocorrências mais



SER HUMANO
À LIBERDADE

DECLARAÇÃO
DO

graves ficam por conta do aumento da violência e dos homicídios que afetam principalmente os jovens negros; da força excessiva e desnecessária usada no combate aos protestos de rua; da letalidade policial; e do surgimento de cerca de 200 propostas diferentes de emendas constitucionais, novas leis e modificações da legislação que, de acordo com o relatório, infringem uma série de direitos.

Citada nominalmente no documento como uma ameaça aos direitos humanos, está a lei sancionada por Michel Temer em outubro de 2017, que estabelece foro especial para militar que comete crime doloso contra civil. Segundo a Anistia, a lei viola o direito a um julgamento justo, já que os tribunais militares no



TODO
NO TEM DIREITO
DE DE OPINIÃO E
EXPRESSÃO...

ARTIGO 19
DECLARAÇÃO UNIVERSAL
DOS DIREITOS HUMANOS



O torcedor do outro time

Em 12 de outubro de 2006, Gustavo (*nome fictício*) se despediu dos amigos depois de comemorar a vitória do seu time, o Náutico, sobre o Palmeiras, no Estádio dos Aflitos, no Recife. Na volta para casa, andou pela rua já deserta àquela hora em busca de um táxi quando um carro repentinamente parou ao seu lado. “‘Perdeu, perdeu’, foi o que ouvi. Percebi o perigo e comecei a correr. Mas acabei tropeçando e eles me alcançaram”, relata à *Radis*. Eram seis contra um. Seis homens vestidos com a camisa da torcida adversária. “Levei pancadas na cabeça e na região lombar. Eles me chutaram e atacaram com um taco de beisebol. Foram dois, três minutos, que duraram muito”, relata. Perto dali, havia um posto de gasolina e um segurança interrompeu a agressão. “Naquele momento pensei muito na minha filha e percebi que tudo o que mais queria era vê-la crescer”. Socorrido, foi levado para o hospital. Saiu de lá com oito pontos na cabeça e a decisão de se afastar de forma permanente dos estádios. “Eu poderia ter morrido e tive sorte por escapar”.

A ONU prega que o esporte pode ser usado como instrumento de transformação social e um caminho para o desenvolvimento e a paz — além de gerar um ambiente de respeito e promoção dos direitos humanos. Mas brigas, agressões e mortes de torcedores revelam o intrincado caminho da violência que apequena a festa nos estádios e invade as ruas por meio de brigas de torcidas organizadas. Na época em que foi agredido, Gustavo integrava uma torcida local ‘de pista’. “Essas torcidas têm uma posição de confronto nas ruas. Como ela, existem

inúmeras pelo Brasil”, explica. “Percebo que a violência está muito maior, não tem mais briga ‘de mão’. É briga de arma de fogo mesmo”. Depois da agressão, o recifense se desligou do grupo e excluiu o futebol de sua vida — inclusive pela TV.

Tempos depois, ele encontrou um caminho para viver sua paixão com segurança, passando a integrar a Timbu Chopp, uma torcida que ele considera mais *light* e que tem como lema “Beber, torcer e vibrar sem violência”. “Há várias torcidas ‘Chopp’ e a nossa proposta é não brigar ou procurar confusão”, diz ele. “Esse grupo tem uma ideologia diferente do outro. Queremos a paz e a convivência entre torcedores de qualquer time”. Gustavo conta que o elo entre os 100 integrantes da torcida é muito forte. No centro dele, o futebol. “Mulheres e crianças têm liberdade de ir aos jogos. Vamos cedo, nos divertimos. O jogo complementa o programa familiar”, observa.

Na prática, e de forma muito dura, Gustavo teve negado o direito à liberdade de expressão assegurado pela Declaração dos Direitos Humanos. A ONU entende que é preciso promover e construir um ambiente de respeito e promoção dos direitos humanos em todos os espaços de socialização, seja no trabalho, em casa, na escola ou em atividades esportivas. As torcidas bem podem ser um desses espaços. Não vale a pena matar ou ser morto por um clube ou instituição, entende Gustavo. “Meu direito de torcer, de ir e vir não foi respeitado. Eu não pude andar na rua com a camisa do meu time. Isso não pode acontecer comigo ou com qualquer pessoa”. (LM)

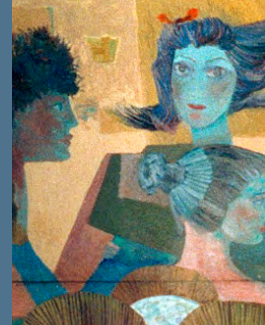
Brasil não garantem a independência judicial. A leitura do relatório sugere ainda que as condições prisionais no Brasil continuam desafiando a cultura de direitos humanos. A superlotação dos presídios e as condições degradantes a que os presos são submetidos foram consideradas “desumanas”. Nas prisões do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, as doenças de pele e a tuberculose atingiram, de acordo com a Anistia, proporções epidêmicas, como já havia sinalizado um estudo da Fiocruz de 2017, ao concluir que a taxa de tuberculose em presídios fluminenses é maior que a média nacional. A cada 100 mil presos, cerca de 1.500 têm a doença — contra 932 no geral.

Além disso, o relatório também elenca o perigo

que vem sofrendo a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexos no Brasil. O documento lembra a morte da travesti Dandara dos Santos, espancada por 12 pessoas até a morte, em março de 2017, em Fortaleza, e o caso de um juiz do Distrito Federal que, em setembro, autorizou psicólogos a aplicarem práticas antiéticas e prejudiciais conhecidas como “terapias de conversão” para tentar modificar a orientação sexual das pessoas. Segundo a Anistia, essa decisão contribuiu para aumentar o estigma e a violência sofrida por essa população.

Os direitos dos povos indígenas também merecem destaque no relatório. O texto informa que a invasão de madeireiros ilegais e de garimpeiros vem

A estudante que se sentia um peixe fora d'água



Todo ser humano tem direito à educação. Marina [nome fictício] tem direito à educação. Mas o sonho de ser psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) quase foi interrompido mal ela entrou na faculdade. Depois de cumprir os requisitos do Programa Universidade para Todos (ProUni), que levam em conta renda familiar e desempenho escolar, ela foi contemplada com uma bolsa integral. “Essa era a única forma de eu estar cursando essa universidade”, contou à *Radis*. Não fosse isso, teria que desembolsar um dinheiro que a família não tem: cerca de R\$ 4 mil em mensalidade.

Moradora de Irajá, bairro da Zona Norte do Rio, ela gasta quatro horas por dia para chegar à Gávea, na Zona Sul, onde fica a faculdade, numa engenharia que inclui ônibus mais metrô mais integração do metrô. Ao ingressar na PUC, deparou-se com muitas diferenças, desde a estrutura arquitetônica e o modo de vestir dos alunos até piadas sem graça e preconceitos de toda sorte, como ela mesma diz. Sempre que ouvia uma colega de sala repetir que “o pai não poderia bancar as suas férias no Canadá”, ria de nervoso. Ela nunca entrou num avião. “Certa vez, escutei de uma aluna que eu não precisava me importar se seria ou não feriado, se teria ou não aula, afinal, eu não pagava para estudar. Eu era bolsista”.

Marina, que vinha de uma experiência na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), onde convivem estudantes de diferentes contextos econômicos e sociais, passou a se sentir só e deslocada. Por pouco não adoeceu. “A impressão era de que somente ‘eu’ estava sofrendo aquilo sem ter em quem me apoiar”. Encontrou guarida nos “Bastardos da PUC”, um coletivo formado por jovens bolsistas. O nome do grupo faz uma ironia aos “Filhos da PUC” — alcunha com que o meio acadêmico costuma se referir aos egressos da conceituada universidade. Pelos altos preços das mensalidades, a PUC acaba se tornando proibitiva para

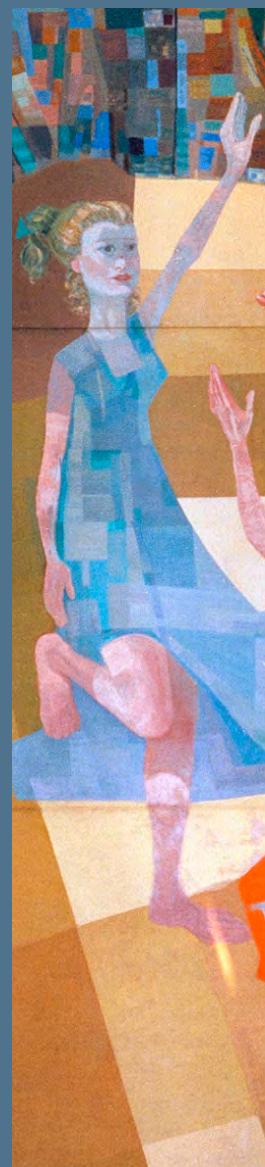
estudantes de classes menos favorecidas. Mas ultimamente, 5.800 alunos, de um total de 12.600 matriculados, contam com algum tipo de bolsa.


Ainda assim, não são poucos os relatos de discriminação. Na página que o “Bastardos da PUC” mantém na Internet, é possível ler sobre professores que exigem leitura de textos ou filmes em inglês, sem tradução, ignorando o fato de que dominar uma outra língua é um privilégio de alguns no Brasil. Há ainda muitas histórias de exclusão. “Minha filha, se você não tem dinheiro para gastar com impressão, você está na faculdade errada e no curso errado”, disse uma professora a uma aluna. Marielle Franco, vereadora assassinada no Rio em março num flagrante caso de violação dos direitos humanos no Brasil em 2018, ex-moradora da Maré e diplomada em sociologia pela PUC, havia escrito uma carta ao coletivo: “O ‘bastardo’ é aquele que resiste às desigualdades. Por isso, é necessário que o nosso histórico pessoal seja uma mola que impulse a nossa vida acadêmica. Sem perder de vista a nossa identidade, o lugar e a família que nos gestaram, viver a PUC-Rio é quase uma missão política e social, já que o processo pedagógico é uma via de mão dupla: quando nos transformamos, modificamos também tudo e todos à nossa volta”.

Para Marina, participar das reuniões e rodas de conversa do Bastardos foi essencial para que permanecesse na faculdade. Filha de um auxiliar administrativo e de uma mãe “do lar”, não há nada de vitimismo em sua fala, mas uma enorme compreensão sobre direitos. “No mundo capitalista em que vivemos, o foco é sempre você mesmo”, diz. “As pessoas só se preocupam com o outro, se o outro lhes afeta diretamente. Falta empatia”. Ela não entende como, para alguns, é fácil desejar a morte do bandido, como se ao bandido fosse permitido morrer. “A população compra uma ideia de que direitos humanos é algo desvinculado de seu cotidiano, quando é exatamente o contrário”. (ACP)

TODO SER
INSTRUÇÃO
PELO MEN
FUNDAME
SERÁ OBR
PROFISSIO
BEM COMO
ESTA BASE

ARTIGO 26
DECLARAÇÃO
DOS DIREITOS





HUMANO TEM DIREITO À
O. A INSTRUÇÃO SERÁ GRATUITA,
OS NOS GRAUS ELEMENTARES E
NTAIS. A INSTRUÇÃO ELEMENTAR
IGATÓRIA. A INSTRUÇÃO TÉCNICO-
NAL SERÁ ACESSÍVEL A TODOS,
D A INSTRUÇÃO SUPERIOR,
EADA NO MÉRITO

UNIVERSAL
HUMANOS

resultando em ataques violentos contra comunidades indígenas. Entre as disputas por terra, a Anistia cita ainda a chacina ocorrida em maio do ano passado na cidade de Pau D'Arco, no Pará, onde morreram 10 trabalhadores rurais. Eles estavam acampados às margens do local e foram mortos a tiros durante uma operação conjunta das polícias civil e militar, que foram à região para cumprir mandados de busca e apreensão. Para Darci Frigo, o recuo das políticas de fortalecimento da agricultura familiar e reforma agrária somado ao crescimento das forças conservadoras e do discurso de ódio no país, teve reflexo imediato no campo, onde a violência, a bem da verdade, nunca cessou. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, só em 2017, ocorreram mais de 70 assassinatos.

Como consequência da violência no campo, o Brasil viu aumentar consideravelmente o ataque aos defensores de direitos humanos, principalmente nessas áreas rurais. Segundo o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, uma coalizão da sociedade civil, somente entre janeiro e setembro do ano passado, 62 defensores foram mortos. Todas essas violações levaram o secretário-geral da Anistia Internacional, Salil Shetty, a afirmar que, no aniversário de 70 anos da Declaração, “é perfeitamente claro que nenhum de nós pode considerar que os direitos humanos estejam garantidos”.

OS NÃO-HUMANOS

É consenso entre os especialistas ouvidos por *Radis* que o resultado da aplicação de todos os direitos humanos deve ser a dignidade. Mas, em momentos de crise, quando o mundo parece relativizar o conceito de dignidade humana, todos aqueles que são diferentes passam a ser tratados como inimigo. Em alguma medida, Gabriela, Gustavo, Júlia, Marina e Vitor — os personagens desta reportagem — sentiram isso na pele, a ponto de hoje, alguns deles, por medo ou precaução, preferirem relatar as suas histórias sob pseudônimo. “Pensar um mundo sob a perspectiva dos direitos humanos é tentar garantir a todos oportunidades iguais, respeitando as diferenças entre as pessoas”, diz Marcos Besserman.

O vice-coordenador do DIHS/Fiocruz recorre ao acadêmico Boaventura de Sousa Santos para explicar a situação. De acordo com o sociólogo português, existe uma “linha abissal” separando os seres humanos. De um lado, estão aqueles que têm os seus direitos garantidos e do outro, os que não são dignos sequer dos direitos mínimos. “Essa linha abissal acaba por separar os ‘matáveis’ dos não ‘matáveis’”, acrescenta Marcos. Isso pode ser facilmente verificado quando se observa, por exemplo, a situação dos refugiados, na Europa, e dos migrantes, nos Estados Unidos. E no Brasil, isso está por toda parte. “O problema é que, quando uma pessoa tem direitos, ela não se importa

mais com aquelas que não têm direitos”, lamenta o pesquisador. “Para a elite do pensamento do mercado, estas são retiradas da categoria de humanos e passam a ser vistas como não-pessoas”. Ele insiste que é preciso aprender a ter empatia. “É preciso se colocar no lugar do outro. O menino da favela que se alia ao tráfico não é um criminoso de nascença. Nós todos somos um pouco responsáveis quando o Estado e a sociedade não fazem o que deviam fazer”.

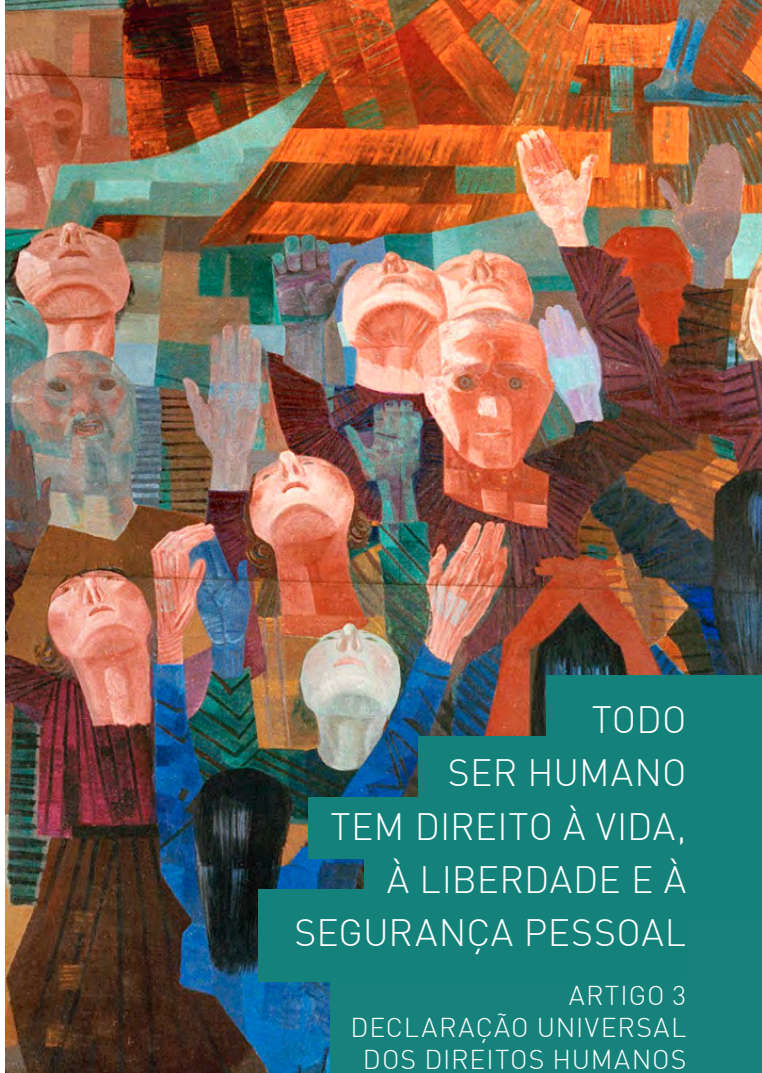
Mas que mudanças estruturais podem garantir que os direitos humanos sejam conhecidos e efetivamente respeitados? Para Darci Frigo, um dos caminhos mais promissores é o da educação. Ele considera que os direitos deveriam merecer amplo destaque nos currículos escolares, nas academias de polícia e na formação dos operadores do direito. Juana Kweitel recomenda que sejam uma aspiração de todos. “À medida que esse for um assunto apenas das instituições e organizações de direitos humanos, vamos ter problemas”. Na opinião da coordenadora da Conectas, o Brasil viveu nos últimos dois anos muitos retrocessos. “A gente vinha assistindo a uma rápida militarização da vida pública e, aparentemente, ela pode chegar a níveis muito mais sérios ainda nos próximos anos”, diz. “Penso que nosso papel vai ser documentar esses ataques às instituições que garantem direitos, denunciar e tentar reverter. A sociedade civil como um todo vai ter que sair em defesa disso”.

Marcos Besserman acredita que o ser humano foi capaz de violências extremas e que a Declaração de Direitos Humanos, de alguma maneira, contribuiu para uma sociedade menos perversa. “Mas ainda faltam muitos e muitos degraus pra gente chegar a um nível de convivência mais fraterna e mais solidária, se é que algum dia nós vamos chegar lá”, aposta. Ainda assim, a luta por direitos humanos é o melhor caminho contra a barbárie, ele diz. Maria Helena conclui que a democracia é o único regime capaz de garantir os direitos humanos. “Não é possível falar de uma coisa sem a outra”. No relatório da Anistia Internacional, Salil Shetty, deixa o convite: “[Este ano] oferece uma oportunidade vital de renovarmos o compromisso com a ideia transformadora dos direitos humanos, quando nos perguntamos em que tipo de sociedade queremos viver”. Em que sociedade você quer viver?

(Colaborou Liseane Morosini)

SAIBA MAIS

- Declaração Universal dos Direitos Humanos
<https://goo.gl/xXVD83>
- Relatório da Anistia Internacional: O Estado dos Direitos Humanos no mundo 2017/18
<https://goo.gl/gSg8zQ>



TODO
SER HUMANO
TEM DIREITO À VIDA,
À LIBERDADE E À
SEGURANÇA PESSOAL

ARTIGO 3
DECLARAÇÃO UNIVERSAL
DOS DIREITOS HUMANOS

“O organismo do meu filho não tem como entender toda a burocracia que existe no caminho da garantia de seu direito”. Essa é a fala de Angélica Bastos, mãe de Vitor, 8 anos, diagnosticado aos dois meses de idade com uma doença autoimune que se manifesta na forma de uma alergia alimentar severa e múltipla. Para o tratamento, ele depende de um leite medicamentoso de que se alimenta única e exclusivamente e cuja lata custa R\$ 220,00. Vitor necessita de uma lata da bebida láctea por dia — são trinta, ao final do mês. Sem o leite especial, a cura ou a expectativa de uma vida mais próxima do normal ficam mais distantes para ele.

De início por meio de um advogado particular e agora, via defensoria pública, Angélica vem conseguindo garantir junto à secretaria de Saúde o fornecimento do leite especial para seu filho, um direito das famílias de crianças com APLV (Alergia à Proteína do Leite de Vaca). Mas a batalha jurídica envolve muitas idas e vindas. “Você depende de muitas consultas médicas e, quando chega no perito, eles podem solicitar novos exames e laudos para avaliar o fornecimento”, conta. “Quando você finalmente obtém e leva ao juiz, muitas vezes o laudo expira, e aí você volta para o início”. Mesmo quando tudo corre bem e no prazo,




menino que precisa de leite

diz Angélica, ainda tem o risco de esbarrar nos trâmites oficiais. Desde junho, Angélica não recebe o medicamento de Vitor. A última alegativa ouvida é a de que a distribuição estava suspensa por falta de licitação.

Além de Vitor, Angélica é mãe de uma menina de 12 anos, que vive com a avó no interior do estado do Rio para que ela possa se dedicar totalmente aos cuidados do filho portador de APLV. Moradora de São Gonçalo, ela precisou abrir mão do trabalho que tinha antes como consultora de vendas. “Fico disponível em tempo integral. Ele depende muito de mim e ainda tem as questões na Justiça que exigem envolvimento e esforços constantes”. Para acompanhar mais de perto as necessidades alimentares do filho, ela trabalha voluntariamente como auxiliar na escola dele. “Além de negligenciar o direito à saúde, o Estado brasileiro também compromete o direito à educação das crianças com algum tipo de restrição alimentar”, ela destaca. “Não existem professores de apoio, por exemplo, capacitados para lidar com esse tipo de problema”.

A cada vez que precisa enfrentar uma maratona de procedimentos para garantir o direito do filho, Angélica se sente lesada como mãe e cidadã. “Não é só pelo meu

filho. Vejo um descaso total aos direitos humanos que, além de tudo, são garantidos por lei”. Está na Constituição, que reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado, diz a mãe do Vitor. Ela julga que tudo é tratado de forma banal, como se a vida não tivesse valor nenhum. “É desesperador”, continua, “ouvir do funcionário o alerta de que o leite que pode salvar a vida de seu filho talvez, quem sabe, volte a estar disponível em quatro meses, mas não é certeza e não há nada a fazer”.

Angélica explica que não é como se você vivesse sem condições financeiras e, na hora em que visse o filho com fome, batesse à porta do vizinho para pedir 1kg de feijão. “É mais grave ainda porque ninguém vai ter uma lata de leite de 220 reais na despensa para lhe emprestar”. Enquanto isso, ela vem garantindo a compra do medicamento com a ajuda de amigos. Outro dia, fez uma rifa de uma bicicleta. A ganhadora não ficou com o brinde e devolveu para que Angélica pudesse fazer um novo sorteio e assim arrecadar mais recursos para o leite de Vitor. “Quando vejo a solidariedade dos amigos e de pessoas que nem conheço, acredito na empatia. Isso sim é uma atitude de quem defende os direitos humanos. Diz respeito à humanidade de cada um”. (ACP) 

NA ROTA



DO TABACO

Livro-reportagem investiga táticas da indústria de cigarro que penalizam agricultores e lobby para manter lucratividade das empresas

ELISA BATALHA

Dois jornalistas pegam a estrada, João Peres e Moriti Neto. Em quatro viagens ao Sul do país e extensa investigação nos últimos quatro anos, os repórteres de São Paulo procuraram entender como funciona a indústria do cigarro por dentro, sua relação com os agricultores que plantam a matéria-prima e o *lobby* que sustenta sua lucratividade. A jornada resultou no livro “Roucos e Sufocados: a indústria do cigarro está viva e matando”, lançado pela Editora Elefante em agosto. Foram três incursões ao Rio Grande do Sul e uma ao Paraná, incluindo apurações de fôlego que duraram entre 10 e 15 dias *in loco* — feito raro no jornalismo contemporâneo. “A situação do produtor de fumo é conhecida no meio ativista, mas era desconhecida no meio jornalístico”, explicou Moriti durante o lançamento em agosto no Rio de Janeiro. “Temos um olhar sistêmico para o jornalismo e queríamos expor o funcionamento das engrenagens.”

Para acompanharmos a viagem dos jornalistas e suas descobertas, primeiro temos que ter um panorama da cadeia produtiva que vai do agricultor que planta fumo até os maços de cigarro nos pontos de venda. O Brasil concentra um terço de todo o comércio global de tabaco e é o maior exportador mundial de folha de tabaco desde os anos 1990 — 1% de tudo o que exporta. Em 2016, o fumo foi o sexto item na pauta de exportação do país, com valores gerados na casa dos 2 bilhões de dólares.

O cenário que João e Moriti encontraram no Vale do Rio Pardo, região do Rio Grande do Sul que é o coração da fumicultura nacional, era aparentemente tranquilo e próspero. O processo de plantio de fumo é um trabalho meticuloso, artesanal, o que veio ao encontro do estilo de vida tradicional dos produtores rurais daquele local, predominantemente descendentes de alemães que chegaram ao Brasil em meados e final do século 19. Pequenas propriedades, tradição de cultivo, mão de obra familiar e disposição do agricultor para investimentos permanentes

foram fatores que permitiram a expansão do plantio de tabaco no sul do país. Exatamente o que encontraram em Santa Cruz do Sul, localizada a 155 km da capital gaúcha, considerada a “capital mundial do fumo”.

EFEITO ADVERSO: SUICÍDIO

As maiores transnacionais de cigarro têm sede na cidade de 127 mil habitantes. Cerca de 150 mil famílias estão envolvidas no cultivo. Uma parte da investigação se dedicou a explorar qual a relação da cultura fumageira com a triste estatística que Santa Cruz do Sul carrega: é uma das campeãs de mortes por suicídio no país. A cidade vizinha Venâncio Aires não fica muito atrás e ocupa o 5º lugar no ranking das maiores taxas de suicídio entre jovens e em 15º no da população em geral.

O pesquisador Guilherme Eidt, especialista em Direito Sanitário pela Fiocruz, citado no livro, chama a atenção para a conexão entre os períodos de uso mais intenso de agrotóxicos nas lavouras de fumo (outubro, novembro e dezembro) e os com maior número de suicídios. “Abril, que apresenta alto índice de casos, é o mês de preparação dos canteiros pelos plantadores”, afirma Eidt. A produção não pode ser mecanizada, por ser um processo artesanal de coleta e seleção das folhas. Os casos de suicídio estão relacionados também a dívidas contraídas por agricultores no chamado “sistema de produção integrado”. “Não é só pelo discurso e *lobby* que as empresas de cigarro se impõem, mas também por ‘amarrar’ o agricultor pelo bolso”, resumiu um produtor entrevistado.

Pelo sistema de produção integrado, criado pela Souza Cruz, a indústria define quanto, como e quando os agricultores devem plantar o fumo. Dita também o preço de compra da folha. Teoricamente, existe uma tabela com critérios técnicos de definição da qualidade da folha, mas o elemento fundamental na realidade é a demanda global.

“Se for fazer um cálculo de rendimento financeiro e mão de obra, não paga a mão de obra. Mas, por não ter alternativa, acaba sendo inviável mudar”, resume um jovem ouvido para o livro. O agricultor precisa adquirir da própria empresa ou de suas associadas um “pacote tecnológico” que inclui estufas e outros equipamentos que garantiriam a qualidade da produção. O agricultor entra com a sua terra e a mão de obra, que exige cuidar das folhas na estufa inclusive madrugadas adentro. “Não tem escolha. Tem o contrato e é obrigado a entregar para eles. Não tem independência. Na verdade, o fumo tem mais contras do que prós”, afirma um agricultor que não quis revelar o nome.

DOENÇA DA FOLHA VERDE DO TABACO

Os males para a saúde dos agricultores não param por aí. No Vale do Rio Pardo, são comuns os relatos de sintomas como tontura, fraqueza, vômito, náusea, cefaleia e cansaço extremo durante o manuseio das folhas, na colheita e separação, típicos da doença da folha verde do tabaco — em que o camponês absorve grandes quantidades de nicotina no contato com a planta, o que pode causar várias reações físicas e psicológicas. No livro, algumas mulheres contam que se sentem mal com muita frequência, mas culpam a si mesmas “por serem mais fracas”.

Um estudo de 2010 publicado na revista *Cadernos de Saúde Pública*, da Fiocruz, relatou a ocorrência de um surto da doença da folha verde no Brasil, caracterizando-a como uma intoxicação aguda de nicotina decorrente da absorção da substância a partir do contato com a planta. O estudo reivindica que o tema entre definitivamente na agenda de saúde pública do país, o que incluiria elaborar uma alternativa econômica sustentável para as famílias que cultivam o fumo.

Em território nacional, as medidas antitabagistas implementadas a partir da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco trouxeram uma mudança de paradigma. O acordo multilateral da ONU do qual o Brasil é signatário desde 2005 contribuiu para reduzir o número de fumantes ao longo dos anos. Dados do Ministério da Saúde mostram que fumantes eram 15,7% da população em 2006 e passaram para 10,1% em 2017, uma queda de 36% em 11 anos. Os especialistas concordam que o Brasil foi bem sucedido em promover uma redução da aceitação social do tabagismo e a desnormalização do uso do cigarro.

A Convenção-Quadro preconiza também que as políticas públicas favoreçam a diversificação no campo, ou seja, que sejam criadas alternativas para manter o sustento dos agricultores e que seja viável plantar outros produtos: alimentos, por exemplo. E propõe alternativas por um motivo muito simples: a indústria de cigarro é um setor econômico que, segundo os dados da própria OMS, mata “metade da própria freguesia”, como escreveram os autores de “Roucos e Sufocados”.

PELOS CAMPOS DO LOBBY

Muitos entrevistados preferiram não se identificar para os jornalistas por conta da vigilância e do *lobby*. Existe a figura do assessor técnico, que fica ao lado do agricultor em toda a fase da implementação dos equipamentos. Em nome da “consultoria”, ele é a voz da empresa dentro da propriedade agrícola. Os consultores técnicos, os sindicalistas e praticamente todos os representantes locais da sociedade reproduziram o discurso de

“São três meses na colheita. O dia é longo. Horário de verão. E a noite não traz frescor, principalmente porque, depois de retirada do solo, a planta é levada a fomalhas para secagem.

Além de trabalhar o dia todo na terra, é necessário cuidar do forno. O fumo é pendurado numa estufa. A lenha mantém a temperatura alta, o que permite a qualidade do processo de cura. De madrugada, o agricultor deve acordar várias vezes para verificar a queimadura da fomalha, que, a depender do momento, varia de 90 a 170 graus Celsius. O tempo para o descanso é mínimo. Até sirenes são instaladas nas estufas para garantir que o produtor não perca a hora.”



“— Fico ruim se colher fumo molhado de sereno. Tenho ânsia de vômito, dor de cabeça, acabo de cama. É a nicotina [liberada pela folha], acho, quando a folha do tabaco está verde. — E aponta para o marido: — Ele nunca teve nada, o problema é só comigo. Não sei se é porque sou mulher, mais fraca.”

TROLLS E HATERS

Um mecanismo que surpreendeu os jornalistas ao longo da investigação foram os *trolls* — perfis nas redes sociais criados para atacar e confundir. “Basta publicar qualquer notícia sobre os males do tabagismo que as vozes dissonantes surgem, mais para dispersar a atenção sobre os fatos apresentados do que para oferecer contrainformação, uma vez que jamais trazem dados concretos, baseados em evidências e que possam ser levados a sério”, relataram os autores. As vozes trazem a discordância simplesmente pelo prazer de discordar e tumultuar o debate. Ao fazê-lo, acabam por atacar as instituições que trabalham e pesquisam sobre o controle do tabagismo. *Troll* é um termo surgido do verbo *trollar*, da novilíngua da internet, com o sentido de zombar, caçoar. São, como os *haters*, um fenômeno da contemporaneidade, que usam a rede para disseminar ódio a alguma pessoa, causa ou instituição.

“Queríamos saber o motivo de esses *trolls* terem o trabalho de seguir nossas publicações e parceiros. Depois de uma apuração minuciosa, chegamos à conclusão que há muito mais do que *trolls* ou *haters* nessa causa. Descobrimos que as vozes da indústria do tabaco são mais diversas, amplas e perigosas do que imaginávamos. Elas se espalham pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e, muitas vezes, formam organizações que atuam de forma sub-reptícia, com tentáculos, forjam números e estatísticas, ameaçam produtores de tabaco e aqueles que são menos poderosos”.

A “bancada do fumo” do Rio Grande do Sul inclui 10% do Legislativo estadual e defende os interesses da indústria. O principal objetivo é evitar mais impostos sobre o cigarro, alegando que os tributos estimulariam o contrabando. “O preço do maço no Brasil ainda é baixo em comparação com outros países”, argumentaram os autores, em consonância com dados do Observatório sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, organizado pelo Cetab, que mantém uma plataforma online de acesso livre que reúne documentos sobre as táticas da indústria.

Segundo os autores, é necessária uma articulação contrária, que atue junto aos órgãos de imprensa e aos atores políticos para esclarecer e prevenir sobre a existência de representantes indiretos das corporações. “Os órgãos públicos devem reforçar medidas de prevenção de conflito de interesses. A ideia central da indústria é unificar a cadeia produtiva em torno de um único interesse: a manutenção desse sistema agroexportador, sem espaço para críticas à postura das corporações e melhorias na vida de agricultores e familiares”.

que “não há alternativa” para o sustento do produtor rural. No entanto, a prosperidade aparente não é tão sólida. A renda média do produtor é de 9 mil dólares por ano, mas, deste valor, a renda líquida, ou seja, o que realmente sustenta e paga as contas do agricultor, cai para apenas 1,6 mil dólares ao ano em média, por causa dos investimentos que precisam continuamente fazer para manter a produção. “O discurso culturalmente aceito culpa quem está pobre, porque ‘não foi organizado’”, contaram os repórteres.

Segundo apontaram, esse discurso da falta de opções é reforçado pelo *lobby* das empresas, que incluem funcionários em cargos no Legislativo para atuar na defesa de interesses do setor. Um dos mecanismos é a chamada “porta giratória” — quando executivos oriundos da indústria assumem funções nas agências regulatórias e depois voltam para a própria indústria, inclusive com informações privilegiadas, o que acaba por gerar conflito de interesses, uma vez que as agências regulatórias deveriam ser neutras à essa ou àquela empresa e prezar pelo interesse público. “A indústria do tabaco é mãe do *lobby*. É a influência e inspiração para que outras indústrias ajam no cooptação de políticos, de mandatos diversos. Outros atores desempenham papéis para que a indústria não precise gastar a própria voz. As ações são construídas com uma base estratégica”, explicou João durante evento de lançamento. O livro contou com o apoio do Secretariado da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde, e foi organizado pelo Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), com auxílio também da Aliança de Controle do Tabagismo, organização destinada à promoção da saúde. “A indústria se utiliza dos plantadores de fumo como massa de manobra para fazer valer seus interesses, especialmente disseminando a informação errônea de que estes perderão seu ganha-pão com a implementação de medidas de diversificação do plantio”, resumiu.

VALDILÉA VELOSO

PrEP: “FALTA ESPAÇO PARA PREVENÇÃO”

ADRIANO DE LAVOR E BRUNO DOMINGUEZ

EDUARDO DE OLIVEIRA



A PrEP — profilaxia pré-exposição — chegou a 5 mil brasileiros em situação de alta vulnerabilidade para adquirir o HIV desde que foi incorporada ao SUS, em janeiro. O método consiste no uso diário de um medicamento antirretroviral — o Truvada — para prevenir a infecção. Diretora do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz), a médica Valdiléa Veloso avalia que a implementação da PrEP estimulou mais pessoas a se testarem para infecções sexualmente transmissíveis, mas o conhecimento da estratégia ainda é limitado e uma parcela significativa da população em risco não se percebe assim. Outra questão é a resistência dos serviços de saúde, habituados a trabalhar com tratamento, de abrir espaço para a prevenção.

O INI, que comemora seu centenário em novembro atendendo pacientes e desenvolvendo pesquisas relacionadas com diagnóstico,

tratamento e profilaxia de um grande leque de doenças transmissíveis, participa do enfrentamento à epidemia de HIV/aids desde o início, nos anos 80, e esteve à frente dos estudos sobre PrEP no Brasil. Valdiléa, que se formou em 1985, lembra que assinou muitos atestados de óbito na época em que o diagnóstico era uma sentença de morte. “As pessoas devem encontrar novas formas de cuidar da sua saúde não por medo, ou porque vão morrer, mas porque é melhor viver sem o vírus”, fala à *Radis*.

Como você avalia a implementação da PrEP no Brasil? Quais têm sido os bons resultados e as dificuldades até aqui?

Até setembro, um total de 5.050 pessoas já haviam iniciado o uso da PrEP, em 26 unidades que estabeleceram o serviço. O projeto ImPrEP, coordenado pelo INI, está trabalhando junto com o Ministério da Saúde para acelerar a implementação e contribuir no monitoramento. Entre os serviços já estabelecidos, 15 são ligados ao ImPrEP e estão realizando alguns exames e procedimentos adicionais para avaliar melhor as infecções sexualmente transmissíveis e a adesão ao uso do medicamento. A PrEP tem sido um estímulo para pessoas sob maior risco se testarem para o HIV, para as infecções sexualmente transmissíveis, incluindo as hepatites virais, permitindo que sejam tratadas, quando identificadas. Uma das maiores dificuldades tem sido encontrar serviços de saúde dispostos a incorporar essa nova estratégia de prevenção. De uma forma geral, os serviços estão muito focados no tratamento e relutam em abrir espaço para a prevenção. O conhecimento sobre PrEP ainda é limitado e uma parcela significativa da população que está sob alto risco de adquirir a infecção pelo HIV não se percebe assim. Outro desafio importante é alcançar maior equidade no acesso. Nesses primeiros meses de implementação, a população mais escolarizada é a que mais procura e inicia o uso. Disseminar o conhecimento e trabalhar para aumentar a percepção de risco é crucial.

Como ampliar o acesso de modo a ter impacto na epidemia de HIV/aids no país?

Para ter impacto na epidemia, o uso de PrEP entre as pessoas com maior risco de adquirir a infecção pelo HIV precisa aumentar bastante. Nosso grupo está trabalhando com o Ministério

da Saúde para, por meio de estudos de modelagem matemática, estimar a cobertura necessária. Estratégias para ampliar a disseminação do conhecimento sobre PrEP e a mobilização comunitária precisam ser implementadas.

O INI vem usando aplicativos de relacionamento para divulgar a PrEP. Esse é um dos caminhos?

Partimos do conhecimento de que hoje todo mundo está nos aplicativos, especialmente os mais jovens. Há um caminho grande a trilhar para disseminar o conhecimento de HIV/aids e ele passa necessariamente por essas plataformas. Nesses ambientes, estamos recrutando voluntários de pesquisa e divulgando ensaios clínicos (novas modalidades de PrEP, como os anticorpos monoclonais e o injetável intramuscular). Buscamos trabalhar nos aplicativos de forma ética em relação à pesquisa e com o próprio usuário das redes, dizendo claramente o que estamos fazendo ali e não nos passando por pessoas.

Há adesão à PrEP?

A adesão é uma questão. Nem todo mundo se adapta a tomar um remédio todo dia. Isso acontece, por exemplo, com o contraceptivo: nem toda mulher se adapta; por isso, surgiram novos métodos, como DIU e implantes. A PrEP segue a mesma linha. Além dos anticorpos monoclonais e da injetável intramuscular, tomada a cada dois meses, há estudos de PrEP em anel vaginal, com contraceptivo e antirretroviral, de forma a dar mais autonomia para a mulher. A camisinha pode ser muito eficaz — se usada. E seu uso depende sempre de dois; na relação, uma pessoa não consegue ter autonomia total. Dependendo das relações de poder e de como cada um pensa, a vulnerabilidade pode ser muito grande. São questões de gênero, de violência.

Se fala muito sobre a diminuição do uso da camisinha.

São quase 37 anos de epidemia. O primeiro consenso foi sobre o uso da camisinha, mas ela sozinha não deu o resultado esperado — ou a epidemia não teria avançado como avançou. No início dos anos 90, Brasil e África do Sul tinham epidemias semelhantes, hoje elas são completamente distintas. Aqui, está concentrada; lá, é generalizada, porque se apostou somente na camisinha e nas recomendações do que se ‘podia fazer ou não’. O Brasil teve posição pioneira de tratar as pessoas vivendo com HIV, a partir da noção do direito de terem os cuidados que necessitavam, e vários anos depois se comprovou que tratar a infecção reduz a transmissão significativamente. Hoje, os estudos contribuíram para afirmar um fato muito pouco divulgado, de que quem vive com HIV e se trata, tem boa adesão e consegue controlar a replicação do vírus, com carga viral indetectável, não transmite o HIV.

Por que não se fala disso?

Existe uma resistência em tornar público esse dado, até mesmo entre profissionais de saúde. Eles alegam que, se souberem, seus pacientes vão deixar de usar camisinha. Mas tutelar o comportamento alheio é um equívoco. Os avanços da ciência precisam ser compartilhados e apropriados, para que as pessoas tomem suas decisões e façam suas reivindicações. Na última conferência de aids, houve um movimento da sociedade civil conclamando que esse conhecimento seja compartilhado: quem está indetectável não transmite. Isso afeta no estigma da sociedade e no autoestigma — tira um peso das pessoas que vivem com HIV, o medo de

transmitir a infecção. É muito importante que isso seja dito. Hoje, as pessoas falam com preocupação que os jovens não têm mais medo de adquirir o HIV. Eu respondo: “Nós trabalhamos para isso”. Toda minha vida na Medicina seguiu junto com a epidemia. Assinei muitos atestados de óbito, perdi muitos amigos, na época em que o diagnóstico era uma sentença de morte. Ninguém tem que ter medo. As pessoas devem encontrar novas formas de cuidar da sua saúde não por medo, ou porque vão morrer, mas porque é melhor viver sem o vírus. Se não tirarmos esse forte estigma, as pessoas não se testam e não têm acesso a nada do que estamos falando — da PrEP ao tratamento. Tudo depende do teste, e a grande barreira para combater a epidemia é o estigma e a discriminação.


O INI tem grande participação no combate à epidemia, inclusive nos estudos de eficácia da PrEP.

Nosso trabalho inicial era focado em assistência e prevenção, mas já em meados dos anos 90 passou a incluir estudos de vacina. A partir do ano 2000, houve a primeira proposta de prevenção via medicamento, com a ideia de que, tratando as pessoas precocemente, se reduziria a transmissão. Pouco depois começamos a trabalhar em outra pesquisa internacional, que provaria a eficácia do uso de uma pílula única, a PrEP, para prevenir a infecção por pessoas que tinham risco alto de contrair HIV — população de homens que fazem sexo com homens, mulheres transexuais e travestis. E, então, também estivemos envolvidos no estudo de demonstração, para avaliar se o que funcionava no ensaio clínico funcionaria na vida real. A experiência nos ensaios clínicos possibilitou lidar com essa população que habitualmente não frequenta os serviços de saúde, pelo estigma, discriminação e pouco acolhimento a que em geral são submetidos, especialmente as pessoas trans. Concluímos que a profilaxia era bem aceita pelos brasileiros e era viável de ser implementada no nosso sistema de saúde, tanto na parte clínica (adesão) quanto do ponto de vista econômico (custo-efetividade). O conjunto de resultados encontrados aqui contribuiu para que o ministério desenvolvesse e aprovasse o protocolo de incorporação da PrEP ao SUS. É uma satisfação muito grande. E um trabalho que não acabou: agora seguimos no monitoramento e avaliação da política pública.

Qual a importância de o Brasil ter adotado a PrEP como política pública?

O Brasil é pioneiro em PrEP: um país em desenvolvimento, com sistema de saúde universal, incorporando esse método. Nos Estados Unidos, a profilaxia é viabilizada via planos de saúde ou programas de acesso, mas aqui é uma política pública, com seus critérios para pessoas com maior vulnerabilidade.

Profissionais ligados à HIV/aids declararam temer mudanças nessa política. De que modo a sociedade deve se organizar para impedir retrocessos?

As políticas públicas em HIV/aids não teriam sido possíveis sem a existência do SUS. Assim, a primeira coisa para garantir as conquistas é lutar para que o SUS continue existindo e para evitar cortes no investimento em saúde, que na verdade precisa ser ampliado. A mobilização da sociedade civil, em conjunto com a academia, serviços de saúde e parlamentares, entre outros atores, sempre foi fundamental para as conquistas no campo do HIV/aids e são agora, que o SUS está sob forte ameaça, ainda mais importantes. Precisamos lutar essa luta juntos, todos nós. 

OUTRA SAÚDE

Jornalistas criam site para disseminar informações qualificadas sobre saúde publicadas pela mídia

LISEANE MOROSINI

Para facilitar a vida de quem deseja estar atualizado com as notícias do setor, entrou no ar em fevereiro o Outra Saúde, um site que pretende ampliar a produção e a circulação das informações sobre o SUS e o direito à Saúde. Ancorado no portal Outras Palavras, que republica matérias e conteúdos diversos de outros veículos e mídias, Outra Saúde reúne reportagens, entrevistas em vídeo, análises e uma seleção de notícias publicadas diariamente em jornais do Brasil e do exterior. Patrocinado pela organização Medico Internacional, da Alemanha, Outra Saúde foi fundado pelo jornalista Antonio Martins e tem à frente as jornalistas Maíra Mathias e Raquel Torres, que se especializaram no campo da Saúde após trabalhar em departamentos e institutos da Fiocruz. Segundo elas, no início, a ideia era apenas produzir material próprio e qualificado para subsidiar os interessados na temática. “Com o amadurecimento da proposta, resolvemos agregar conteúdos de outras fontes e lançar a newsletter, que se tornou o carro-chefe de todo o projeto”, diz Maíra.

O informativo (um comunicado com sugestões de matérias para leitura) é enviado diariamente por e-mail, a partir das 7 horas da manhã, para a caixa postal de um público misto de 1,3 mil assinantes, universo que ainda pode ser expandido, como planejam as jornalistas. “A militância é muito apaixonada pela área. Há profissionais de saúde, estudantes, pesquisadores que ainda desconhecem nossa proposta”, observa Maíra. Ela explica que o trabalho não é movido apenas por números. “Sabemos que nem todo mundo vai se interessar e se preocupar em discutir os temas de saúde, saúde pública e do SUS. Adotamos uma linha editorial bem crítica. E não vamos mudar essa linha apenas para aumentar o número de assinantes”, diz Maíra.

SELEÇÃO DE NOTÍCIAS

Raquel ressalta que o informativo vai além da síntese da notícia, como geralmente é apresentada nas resenhas jornalísticas, buscando oferecer curadoria de conteúdo. “Não fazemos apenas um resumo, damos um sentido crítico às informações publicadas e procuramos contextualizá-las, relembrar o que foi falado sobre o assunto pela mídia e chamar atenção sobre pontos abordados em matérias anteriores que fizemos”, explica a jornalista. Ela informa que, em média, a produção do informativo exige quatro horas de trabalho, que é dividido entre as repórteres, em esquema de

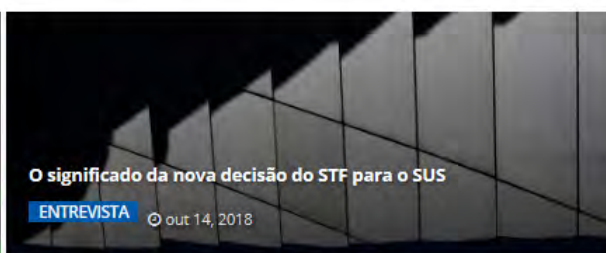
revezamento — a cada semana, uma delas se responsabiliza pela produção desse conteúdo. “O trabalho começa às duas da manhã, com a leitura dos jornais do dia. É puxado”, diz Raquel.

Elas buscam notícias pela internet e acompanham não somente o que foi publicado nas editorias de saúde, mas também notícias sobre assuntos relacionados, editadas em outras seções de jornais, revistas e site. Como exemplo, Maíra cita as várias notícias sobre decisões importantes tomadas no Congresso, que aparecem mais comumente nas editorias de Política ou de Economia, mas que interferem nos rumos da política pública de saúde. “Esse é o caso da medida provisória que beneficia as Santas Casas, o reajuste salarial dos agentes comunitários de saúde ou a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)”, observa Raquel.

Maíra contabiliza que inicialmente foram mapeados 80 sites que geram conteúdo sobre Saúde no Brasil e no exterior. A partir dessa coleta inicial, elas selecionam as notícias que serão inseridas no informativo. “A ideia é essa: a fornecer um retrato do setor no que foi publicado naquele dia”, diz a jornalista. Entre os sites geralmente visitados para buscas, estão os dos jornais *Valor*, *O Globo*, *Estadão*, *Folha de S. Paulo*; das agências Senado e Câmara, além da Agência Brasil; e do Ministério da Saúde. Na imprensa internacional, elas citam os jornais *NYTimes*, *Washington Post*, *Le Monde* e *El País*. Segundo as jornalistas, há uma diferença na divulgação das notícias publicadas pela imprensa estrangeira: “A produção deles é muito grande. Tivemos uma série da *The Economist* [publicação inglesa], por exemplo, sobre a cobertura universal de saúde. Optamos por veicular esse material aos poucos”, exemplifica Maíra.

TEMAS DE INTERESSE

Se o site é alimentado com matérias próprias e de fontes externas, todo o trabalho do informativo é feito a quatro mãos. “Nós duas nos revezamos nessa tarefa. Acompanhamos os fatos bons que saem sobre saúde, mas também divulgamos notícias ruins, e damos notícias do setor privado. Nossa proposta é fazer o acompanhamento no dia a dia do setor”, diz Raquel. Maíra conta que no início de 2018 o ritmo de produção era muito intenso. “A gente procurava fazer uma grande matéria por semana e depois começamos a produzir o informativo”, conta. Agora, com o projeto consolidado, elas decidiram focar em um trabalho de curadoria de conteúdo para alimentar a




newsletter, e diminuir a regularidade da produção das grandes matérias, sem esquecer também das análises factuais. Durante as eleições, por exemplo, Outra Saúde analisou o programa dos candidatos à presidência da República.

Em seus nove meses de existência, o Outras Palavras já publicou, 23 entrevistas com pessoas de referência na pesquisa e saúde pública e mais de 200 reportagens e 20 textos analíticos. “Tentamos dar conta de forma bem ampla da produção de conteúdo, mas é difícil fazer a seleção diária já que a cobertura é ampla e volumosa”, assume Maíra. Em relação aos temas, Maíra e Raquel explicam que há convergência sobre o que se publica no exterior e o que é noticiado no Brasil. A newsletter, muitas vezes, traz tendências internacionais que acabam por repercutir internamente. Como exemplo, elas citam o modelo de clínicas populares, muito comuns nos Estados Unidos, que está florescendo no país. “Não fazemos a separação entre noticiário nacional e internacional, pois avaliamos que as empresas e grupos que lideram o setor são os mesmos aqui ou lá fora”, diz a jornalista. Segundo ela, a atuação desses grupos no país pode ter um impacto econômico interno expressivo. “Nós somos um país periférico com um mercado de saúde suplementar muito grande, com 47 milhões de pessoas, que se torna interessante para esses grupos”, observa.

De fevereiro até agora, as jornalistas apontam quais temas estão em evidência na extensa produção noticiosa sobre saúde: Raquel cita o financiamento. “Ele se desdobra na austeridade no Brasil e nos outros países, que projetam seus impactos para o nosso”, observa. Maíra lembra dos planos de saúde, que sempre vêm à tona. “Hoje, já há um reconhecimento mais amplo de que, antes de o SUS ser criado, havia pesquisas que apontavam

as contradições do setor privado para oferecer assistência e racionalizar a saúde. Estamos também vendo esse quadro hoje com o setor privado expondo novamente as suas contradições em relação à prestação de serviço”. Em relação a esse assunto, as jornalistas destacam que tomam cuidado para “trazer um outro olhar” para a cobertura, se voltando para o modo como o setor privado disputa a agenda nacional. “Notamos que o discurso de integração do setor público e privado, que começou a ser apresentado em 2014, foi incorporado e consta do programa de vários candidatos à eleição de 2018, não só da direita. Nós entendemos que o setor privado está organizado para disputar o sentido do SUS”, comenta Maíra.

Segundo ela, o trabalho do site também pretende apontar os conflitos de interesse que existem no campo da Saúde. “Consideramos que o Outra Saúde é um projeto de esquerda, mas não temos problema em tecer críticas a qualquer governo. Acreditamos que o SUS não vai ter muito futuro se não fizermos discussões mais aprofundadas nesse campo”, critica. Ela salienta que o projeto do Outra Saúde está embasado na defesa do sistema público de saúde. “Acompanhamos o setor privado para ficar de olho”, brinca Raquel, que não nega as dificuldades e os problemas do SUS. “Defendo saúde como direito e não acho que é com pacote de serviços delimitados que a gente vai resolver a problemática da saúde. Nossa bandeira é a da saúde pública e da saúde coletiva”, enfatiza. 

SAIBA MAIS

- Site outraspalavras.net/outrasaude
- Facebook [facebook.com/outrasaude](https://www.facebook.com/outrasaude)

Doc retrata recuperação de área via produção agroflorestal



AGROFLORESTA É MAIS

Beto Novaes, VideoSaúde Distribuidora

A VideoSaúde Distribuidora (Icict/Fiocruz) lançou em setembro o documentário “Agrofloresta é mais”, que mostra como uma área degradada pela produção extensiva de búfalos — a Fazenda São Miguel, em Antonina (PR) — foi transformada por meio de iniciativas de recuperação do meio ambiente pela produção agroflorestal, com produção de alimentos e preservação da biodiversidade. O acampamento agroflorestal

do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) José Lutzenberger é a casa e o trabalho de 24 famílias que desde 2003 conciliam a produção de alimentos livres de agrotóxicos — de couve a café — com a recuperação da Mata Atlântica em parte da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, no litoral norte paranaense.

O documentário foi filmado em parceria entre a Fiocruz, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Ministério Público do Trabalho (MPT) do Paraná e a Associação Paranaense das Vítimas Expostas ao Amianto e aos Agrotóxicos (APREAA). Com 33 minutos de duração, o filme conta com os depoimentos dos agricultores relatando os conflitos pela terra com fazendeiros e as lutas e as alegrias de transformar o local em um celeiro para produção agrícola familiar. A agricultura familiar e o plantio de alimentos agroecológicos tornaram-se mais do que um meio de sobrevivência; a busca pela saúde e a preservação do meio ambiente como um bem coletivo é um estilo de vida de quem ali vive. Assista em [youtube.com/watch?v=HN_E0kKj_eo](https://www.youtube.com/watch?v=HN_E0kKj_eo).

SUICÍDIO

reciis.icict.fiocruz.br

O terceiro número de 2018 da Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde (Reciis), do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), é dedicado à prevenção ao suicídio. A pesquisadora Mariana Bteshe reflete sobre a complexidade e a multicausalidade da questão. Com foco na perspectiva do cuidado em saúde mental, a autora discute aspectos para a compreensão dos processos comunicacionais, psíquicos e sociais do fenômeno. “Não será por meio da racionalidade ou da responsabilização das vítimas que reduziremos os índices. Nossa melhor chance é um olhar atento e compassivo para o sofrimento profundo vivenciado por quem procurou alívio nesse gesto extremo e também por seus familiares e amigos. É preciso investir na criação e manutenção de espaços de acolhimento, sobretudo, no SUS”, diz Bteshe.

OBSERVATÓRIO DA MEDICINA

observatoriodamedicina.ensp.fiocruz.br

A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) lançou o Observatório da Medicina, uma plataforma digital conduzida por professores, pesquisadores e pós-graduandos em saúde sobre as questões que norteiam a profissão, sobretudo a respeito da prática médica, suas transformações e impactos sociais, culturais, tecnológicos, econômicos, laborais e no sistema de saúde. O ObMed foi idealizado pelo médico e doutorando do Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS) Luiz Vianna. A ferramenta pretende funcionar como um radar captando as principais transformações da medicina contemporânea, como a grande implementação da tecnologia, da inteligência artificial e a interferência da gestão e do mercado na atuação médica.

ATLAS DO AGRONEGÓCIO

Maureen Santos e Verena Glass (org.), Fundação Heinrich Böll Brasil

A propaganda no intervalo dos noticiários na TV, das novelas ou das salas de cinema repete com imagens coloridas o sucesso do agronegócio brasileiro: “Agro é Tec”, “Agro é Pop”, “Agro é Tudo”. Será? É o que questiona o “Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos”, versão brasileira do publicado na Alemanha em 2017. O agronegócio é um dos pilares da economia brasileira. A história desse “sucesso”, contudo, não é tão singela como fazem crer equipes de marketing bem remuneradas. O Atlas do Agronegócio possui artigos originais de autores brasileiros e estrangeiros, que falam sobre a concentração do setor, entre outros temas como agrotóxicos, qualidade do alimento, conflitos no campo, lobby do agronegócio, biofortificação, condições do trabalho, resistência e agroecologia. Leia em <https://bit.ly/2D5fsaZ>.

16º CONGRESSO MUNDIAL DE SAÚDE PÚBLICA

Organizado pela Federação Mundial das Associações de Saúde Pública (WFPHA, na sigla em inglês), o congresso terá como tema “Saúde Pública para o Futuro da Humanidade: Análise, Advocacy e Ação”. A escolha reflete o compromisso de pesquisadores e profissionais de saúde com o enfrentamento de problemas mundiais, como as ameaças ao abastecimento de alimentos e água e à biodiversidade, a dificuldade em sobreviver em algumas partes do mundo, a migração em massa, entre outros.

Data 12 a 17 de outubro de 2020

Local Roma, Itália

Info www.wfpha.org

ALIMENTAÇÃO: NOSSAS AÇÕES SÃO O NOSSO FUTURO

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA*

Há apenas três anos, em setembro de 2015, todos os Estados-membros das Nações Unidas aprovaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Líderes de todo o mundo consideraram a erradicação da fome e de todas as formas de desnutrição (ODS 2) como uma medida fundamental para um mundo mais seguro, mais justo e mais pacífico.

Paradoxalmente, a fome não parou de crescer desde então. Segundo as últimas estimativas, o número de pessoas subnutridas aumentou em 2017 pelo terceiro ano consecutivo. No ano passado, 821 milhões de pessoas passaram fome (11% da população mundial – uma em cada nove pessoas no planeta), em sua maioria agricultores familiares que vivem em áreas rurais pobres na África Subsaariana e no sudeste da Ásia.

No entanto, o nível crescente de subnutrição no mundo não é o único desafio que enfrentamos. Outras formas de desnutrição também estão aumentando. Em 2017, pelo menos 1,5 bilhão de pessoas sofriam de deficiências de micronutrientes que prejudicam sua saúde e sua vida. Ao mesmo tempo, a proporção de obesidade entre adultos continuou a aumentar, de 11,7% em 2012 para 13,3% em 2016 (ou 672 milhões de pessoas).

A fome limita-se a áreas específicas, especialmente aquelas atingidas por conflitos, secas e pobreza extrema. A obesidade, porém, está em toda parte e continua a crescer em todo o mundo: estamos testemunhando sua globalização. Um exemplo disso é o fato de que as taxas de obesidade estão subindo mais rápido na África do que em qualquer outra região – oito dos 20 países com as taxas de crescimento mais rápidas estão lá.

Além disso, em 2017, o número de crianças com excesso de peso atingiu a marca de 38 milhões de menores de 5 anos. Sendo que 46% dessas crianças vivem na Ásia e 25% na África. Se não tomarmos medidas urgentes para frear esse aumento, em breve, o mundo terá mais obesos do que pessoas desnutridas.

O crescimento da obesidade gera um enorme custo socioeconômico. É um fator de risco para muitas doenças não transmissíveis, como doenças cardíacas, derrame, diabetes e certos tipos de câncer. Estimativas indicam que o impacto global da obesidade é de cerca de 2,8% do PIB mundial. Combinado, é um custo igual ao impacto do tabaco e do conflito armado.

De acordo com estimativas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a fome no

Brasil atingia 10,6% da população total (cerca de 19 milhões de pessoas) no início de 2000 e menos do que 2,5% no período 2008-2010, que é o valor mínimo pelo qual a FAO pode fazer inferências estatísticas confiáveis.

Esta redução do número de pessoas subnutridas foi possível, principalmente, devido ao forte compromisso do ex-presidente Lula e da implementação de políticas públicas e programas de proteção social que detiveram a extrema pobreza e o impacto da seca prolongada na parte nordeste do país.

Na verdade, os governos têm o papel mais importante para alcançar a Fome Zero e garantir que as pessoas mais vulneráveis tenham renda suficiente para comprar os alimentos de que necessitam, ou os meios para produzi-los, mesmo em tempos de conflito.

No entanto, os líderes mundiais devem levar em conta que o conceito Fome Zero é mais amplo e não se limita à luta contra a desnutrição. O Fome Zero também visa assegurar que todos tenham os nutrientes necessários para levar uma vida

saudável, erradicando todas as formas de desnutrição. Não é apenas sobre a alimentação das pessoas, mas também sobre se alimentarem bem.

Os atuais sistemas alimentares aumentaram a disponibilidade e o acesso a alimentos processados altamente calóricos, densos em energia, com alto teor de gordura, açúcar e sal. Esses sistemas devem ser transformados para que todos possam consumir alimentos saudáveis e nutritivos.

Temos que abordar a obesidade como uma questão pública, não como um problema individual. Isso requer a adoção de uma abordagem multissetorial que envolve não apenas os governos, mas também organizações internacionais, sociedade civil, setor privado e cidadãos em geral.

Uma dieta saudável deve ser o resultado de um esforço coletivo que inclua, por exemplo, a criação de normas (como rotular e proibir ingredientes nocivos), a introdução de alimentos mais nutritivos nos cardápios escolares, a adoção de métodos para reduzir perdas e desperdícios de alimentos e o estabelecimento de acordos comerciais que não impeçam o acesso a alimentos frescos, nutritivos e cultivados localmente pelos agricultores familiares.

É hora de renovar nosso compromisso e, ainda mais importante, o apoio político a um mundo sustentável, livre da fome e de todas as formas de desnutrição.

“No ano passado, 821 milhões de pessoas passaram fome, 11% da população mundial.”

* Diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

